

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

HIGIENISMO NO AMAZONAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-
1945): Debates e Agenda Política.

VOLUNTÁRIA: ARIADNA NUNES AGUIAR

MANAUS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0012/2013

HIGIENISMO NO AMAZONAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-
1945): Debates e Agenda Política.

VOLUNTÁRIA: ARIADNA NUNES AGUIAR

ORIENTADOR: PROF. Msc. MARCELO MARIO VALLINA

MANAUS

2014

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia-GETRA. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as particularidades que assume a agenda política do movimento higienista/sanitarista no Amazonas durante o Estado Novo (1937-1945), sendo direcionando com os seguintes objetivos específicos: compreender o processo de construção da agenda política do movimento higienista/sanitarista no Amazonas durante o período; estudar os pontos de aproximação e de disputa do movimento higienista/sanitarista com outros atores políticos institucionais no Amazonas; e verificar as coincidências e diferenças da agenda política do movimento higienista/sanitarista com as tendências nacionais, enquadrando-se no que se denomina de método histórico (Marconi, Lakatos; 2000). A metodologia utilizada pode ser classificada como histórico documental. Por um lado, permitiu conhecer o processo de desenvolvimento das ideias higienistas no Brasil e especificamente, no Amazonas, e por outro como tais ideias foram recepcionados no Estado, no período denominado pela historiografia como Estado Novo (1937-1945), caracterizado como Estado de Exceção, sob o governo de Getúlio Vargas. Assim, buscou-se entender a configuração do Estado e sua proposta política no que diz respeito à agenda higienista/sanitarista enquanto uma tendência nacional alicerçada no Plano de Saneamento da Amazônia e no Serviço Especial de Saúde Pública, inseridos na lógica de “preenchimento dos espaços vazios” do país e de como tais ideias foram recepcionadas nas obras do André Vidal de Araújo, no que tange o período ora em análise.

ABSTRACT

The present work has as main objective to analyze the peculiarities which takes the political agenda of the hygienist movement / sanitarian in the Amazon during the Estado Novo (1937-1945), and directing with the following specific objectives: understanding the process of building the movement political agenda hygienist / sanitarian in the Amazon during the period; study the approximation points and dispute hygienist movement / sanitarian with other institutional political actors in the Amazon; and check the similarities and differences of the hygienist movement / sanitarian with national trends agenda, fitting in what is called the historical method (Marconi, Lakatos, 2000). The methodology used can be classified as documentary history. On the one hand, allowed to know the process of development of the hygienists ideas and specifically in Brazil, the Amazon and the other as such ideas were received in the State, in the period called the historiography as Estado Novo (1937-1945), characterized as a state of exception, under the government of Getúlio Vargas. Thus, we sought to understand the configuration of the state and its policy proposal with respect to / hygienist hygienist schedule as a national trend rooted in the Amazon Sanitation Plan and the Special Department of Public Health, inserted in the logic of "filling the spaces empty "the country and how these ideas were approved upon the works of André Vidal de Araújo, regarding the period under examination.

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
SUMÁRIO	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO NOVO NO BRASIL E A SUA ALIANÇA COM OS EUA.	10
2.2 A FUNDAÇÃO ROCKEFELLER.	12
2.3 AMAZONAS E O ESTADO NOVO	14
2.4 O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA (1942-1945)	18
2.5 A INFLUÊNCIA DAS IDEIAS HIGIENISTA-SANITARISTA NO ESTADONOVISMO NO BRASIL.....	19
3 O LABORATÓRIO DE BIOLOGIA INFANTIL (LBI).	22
3.1 NOVA FERRAMENTA DA ATENÇÃO À INFÂNCIA: O SERVIÇO SOCIAL	25
4 O SERVIÇO DE ORTOFRENIA E HIGIENE MENTAL (SOHM).....	26
5 CONSTRUINDO A AGENDA HIGIENISTA-SANITARISTA NO AMAZONAS.....	27
5.1 (RE) VISITANDO AS OBRAS DE ANDRE VIDAL DE ARAUJO	27
5.2 O JORNAL DO COMMERCIO E A REVISTA AMAZONAS MEDICO.....	30
6 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	34
ANEXOS.....	38
ANEXO 1: [Fragmento]PLANO DE SANEAMENTO DA AMAZÔNIA	38
ANEXO 2: “O DISCURSO DO RIO AMAZONAS”	39
ANEXO 3: A PROL DA INFÂNCIA.....	42
ANEXO 4:LEI DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS	56
7 CRONOGRAMA EXECUTADO	67

1 INTRODUÇÃO

O projeto PIB-SA/0012/2013 constitui-se em um desdobramento do projeto PIB-SA/0054/2012, no sentido de aprofundar o estudo da agenda política construída pelo movimento higienista/ sanitarista no Estado do Amazonas, que se desenvolve como uma tendência geral no Brasil na época do Estado Novo, tendo como objetivo geral: analisar as particularidades que assume a agenda política do movimento higienista/sanitarista no Amazonas durante o Estado Novo (1937-1945); sendo direcionando com os seguintes objetivos específicos: compreender o processo de construção da agenda política do movimento higienista/sanitarista no Amazonas durante o período; estudar os pontos de aproximação e de disputa do movimento higienista/sanitarista com outros atores políticos institucionais no Amazonas; e verificar as coincidências e diferenças da agenda política do movimento higienista/sanitarista com as tendências nacionais, enquadrando-se no que se denomina de método histórico (Marconi, Lakatos; 2000), na tentativa de reconstruir fenômenos a partir de uma análise documental e bibliográfica.

A pesquisa foi dividida em três momentos, sendo a primeira denominada de bibliográfica, que consistiu num levantamento de ideias acerca dos fundamentos do Estado Novo (1937-1945), frisando compreender as políticas higienistas/sanitaristas no contexto nacional. No segundo momento, denominado de documental, se buscou identificar a política de saúde implementada no Estado do Amazonas, sendo feita in loco: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia), IGHA- Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, o Arquivo Público do Estado do Amazonas, a Biblioteca da Associação Comercial do Amazonas- ACA e Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA. E por fim, análise do material empírico, a fim de relacionarmos as ideias discutidas no âmbito nacional com as que se processavam no Amazonas, com ênfase nas obras do André Vidal de Araújo (1936-1951).

Num primeiro momento, se deu continuidade à pesquisa bibliográfica, focalizando no papel assumido pelo governo getulista no tocante à saúde durante o estadonovismo, elencando seus fundamentos e tendências, centralização política e administrativa, os meios para a manutenção de sua imagem, suas inter-relações com os países envolvidos no cenário mundial em que se processava a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e as implicações da Fundação Rockefeller no processo de definição da agenda higienista/sanitarista no Brasil e como tais ideias foram recepcionados pelo então governador do Estado do Amazonas Álvaro Maia na definição da agenda política. O segundo momento consistiu na leitura e análise das revistas

AMAZONAS MÉDICO, n.17 e n.18, em sua terceira fase, durante o referido período, as mensagens dos governadores de 1936 e 1937, o Jornal do Commercio (durante o Estado Novo), os livros: O Paludismo na Amazônia de Djalma Batista e A campanha da Malária no Amazonas de Oder Poggi, tentando identificar quais os principais temas debatidos e as perspectivas adotadas em relação às ideias mais gerais que se desenvolviam em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Finalmente, no terceiro momento, extraímos as principais ideias que foram reelaborados no Estado do Amazonas, na perspectiva higienista/sanitarista, e como foram apropriadas por atores locais como André Vidal de Araújo e possibilitando a criação do Curso de Serviço Social no Estado, que em 1941 iniciaria suas atividades.

Dessa forma, o relatório ficou organizado da seguinte maneira: inicialmente, caracterizamos o higienismo/sanitarismo no Brasil a partir da política centralizadora no tocante ao preenchimento dos espaços vazios no país, no intuito de inserir-se na agenda política nacional, enfatizando o Laboratório de Biologia Infantil-LBI, o Serviço Social enquanto ferramenta de atenção à infância e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental-SOHM.

No segundo capítulo, mostramos as influências das ideias nacionais nas obras de André Vidal de Araújo, incluindo o surgimento da Escola de Serviço Social, enquanto originária da assistência sanitária, apontando também os temas discutidos pela Revista Amazonas Médico e Jornal do Commercio, numa tentativa de reconstruir a agenda higienista/sanitarista no Estado.

Haja vista a dificuldade encontrada acerca dos documentos que remontam ao período em análise seja no que diz respeito à conservação como à guarda, foi necessária a utilização de fontes secundárias para suprir as carências encontradas, como forma de preencher as lacunas deixadas na reconstituição da História da Amazônia.

E para situar o caminho teórico - metodológico percorrido e os aspectos específicos que queríamos trabalhar de acordo com os objetivos da pesquisa, fizemos uma breve digressão da política higienista-sanitarista no Estado Novo no Brasil e no Amazonas , enfatizando o papel do Serviço Especial de Saúde- SESP na tentativa de inserir o Estado, na lógica de preenchimento dos “espaços vazios” do país e a presença da Fundação Rockefeller no que tange a saúde pública do país.

Finalmente, é preciso salientar que o presente trabalho se complementa e aprofunda com a disciplina que estou cursando, Serviço Social na área da Saúde.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar continuidade à temática do PIBIC 2012-2013, acerca da “influência das ideias higienistas na emergência da Escola de Serviço Social do Amazonas”, se deseja aprofundar o estudo da agenda política construída pelo movimento higienista/ sanitarista, por ser o período em que emerge a referida Escola, que se desenvolve como uma tendência geral no Brasil na época do Estado Novo, de forma a entender as particularidades que assume no Amazonas.

Pretende-se assim, mostrar com o PIB-SA/0012/2013 quais os fundamentos do estadonovismo no país no que tange à política de saúde e à inserção do Amazonas na lógica da política varguista, a fim de contextualizarmos a discussão, e apontarmos elementos imprescindíveis para entender como se construiu a agenda política higienista-sanitarista no Amazonas.

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO NOVO NO BRASIL E A SUA ALIANÇA COM OS EUA.

Em 1937, por meio de um golpe de Estado, Getúlio Vargas se manteria na Presidência e instauraria um regime de “exceção política”. Com isso o governo federal expressava sua clara opção por uma política centralizadora, liderada apenas pelas instâncias federais, e que visava à modernização do Estado, articulada à construção de um projeto nacional de industrialização.

“A instauração do Estado Novo consolidou a tendência existente desde 1930 de criação e centralização das políticas públicas sociais, concebidas enquanto outorga e desvinculada da ideia de direito.” (Fonseca, 2007, p.19).

O grande marco no processo de construção institucional da saúde pública enquanto política estatal foi a gestão do Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública-MESP (1934-45). A reforma do Ministério, implementada por Capanema a partir de janeiro de 1937, definiu os rumos para a política de saúde pública, reformulando e consolidando a estrutura administrativa e adequando-a aos princípios básicos da política social do Estado Novo. Foi a partir dessa reforma que o Ministério passou a ser denominado Ministério da Educação e Saúde (MES). Ocorrendo a sua segunda grande reforma em 1941 com a criação dos Serviços Nacionais, que aprofundaram as campanhas de combate a doenças específicas e às grandes endemias. (HOCHMAN, 2005).

Nesse processo de maior centralização política e administrativa, todos os órgãos do Ministério da Educação e Saúde Pública (a partir de então Ministério da Educação e Saúde)

ligados à área da saúde passaram a integrar o Departamento Nacional de Saúde (DNS). O DNS era composto de quatro divisões: a de assistência hospitalar, a de saúde pública, a de assistência aos psicopatas e a de amparo à maternidade e à infância.

À Divisão da Assistência a Psicopatas (DAP) cabia também a profilaxia mental, em caráter nacional e local. Para a execução das atividades assistenciais no Distrito Federal, havia o Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal (SAP), constituído pelos seguintes órgãos: o Hospital Psiquiátrico, o Instituto de Neuro-Sífilis, o Manicômio Judiciário, e as Colônias Juliano Moreira e Gustavo Riedel. (Amorim; Barreira, 2006, p.56).

Convém ressaltar, que, em 1937, foi publicado uma conferência proferida na Sociedade de Medicina e Cirurgia por Aduino Botelho (1895-1963), que no ano seguinte se tornaria diretor da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal. Destaca-se:

mudanças na organização da assistência psiquiátrica do país, indicando os tipos institucionais necessários às capitais dos estados: serviço de higiene mental, hospital, colônias fora do perímetro urbano, hospitais-colônias (na falta de hospital) e seções para os delinquentes junto ao hospital, caso não houvesse um manicômio judiciário. As cidades do interior dos estados de vasto território também deveriam comportar um ou mais hospitais-colônias, em zonas escolhidas longe da capital, e para onde fosse fácil o transporte do doente. (VENANCIO, 2011, p.44).

O DNS iniciava uma série de inquéritos sobre diversos problemas de saúde em todo o Brasil e com base nesse inquérito o Serviço Nacional de Doenças Mentais – órgão substitutivo da Assistência a Psicopatas, responsável pela organização de uma política pública para a área psiquiátrica no país a partir de 1941 – passaria a gerenciar a expansão de suas ações em todo o território nacional. A criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais ocorria vinculada à reforma do DNS, que segmentava suas ações segundo doenças determinadas.

Tais ações passaram então a ser desenvolvidas pelos Serviço Nacional de Lepra¹, Serviço Nacional de Malária, Serviço Nacional de Peste, Serviço Nacional de Tuberculose, Serviço Nacional de Febre Amarela e Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM). A criação do SNDM esteve assim implicada na construção de uma política assistencial psiquiátrica marcada pelo planejamento e implantação de diretrizes modernizadoras de organização do próprio Estado, desenvolvida durante a gestão de seu primeiro diretor, Aduino Botelho, que durou 13 anos (1941-1954). (VENANCIO, 2011, p.45).

¹ Em fevereiro de 1940 a Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra comunicou a Capanema que o educandário de Manaus levaria seu nome, em retribuição ao apoio que vinha dando às ações contra a doença naquele estado. No mesmo ano, elaborou-se o “Regulamento dos preventórios para filhos sadios de lázaros instalados no Brasil”, aprovado em 27 de janeiro de 1941 pelo Departamento Nacional de Saúde. (Santos, 2011, p.264).

Interiorizar a saúde pública, agenda clássica do sanitarismo, só foi possível a partir da presença do MES nos Estados e do formato institucional escolhido, “isto é, verticalização de ações por enfermidade, coordenação federal e implementação hierárquica nos estados e municípios”.

Nesse sentido, com o intuito de fazer desaparecer a velha oposição entre litoral desenvolvido e sertão e/ou interior atrasados, deu-se a corrida para ocupação, das regiões distantes, os chamados “espaços vazios” (Amazônia e Brasil Central), alinhados ao projeto de modernização que se gestava no governo getulista.

Destarte, na construção da identidade nacional, Gustavo Capanema assinou em dezembro de 1941 com os interventores José Carneiro da Gama Malcher (Pará) e Álvaro Maia (Amazonas) os ‘convênios amazônicos’, que previam a execução do Plano de Saneamento da Amazônia pelos respectivos Departamentos Estaduais da Amazônia, sob direção e fiscalização das Delegacias Federais de Saúde das 3^o e 4^o região. (Andrade; Hochman apud Barreto, 2007, p.263). O Plano de Saneamento da Amazônia levaria instrumentos de cura, prevenção e noções de higiene, enfim, estudariam de forma “metódica” as condições da Amazônia se inserir na política de modernização do país.

Ainda, na reforma Capanema, as conferências nacionais de saúde e de educação e as conferências sanitárias pan-americanas revelaram-se decisivas e grandes marcos para a saúde pública, sendo que as primeiras retomavam as antigas preocupações de sanitaristas como Belisário Pena, nos anos 20, pela superação do atraso e da pobreza no interior do país, numa perspectiva de modernizar o país.

2.2 A FUNDAÇÃO ROCKEFELLER.

Enquanto o país não se posicionava em relação aos blocos em disputadas, Eixo (Alemanha nazista sob o comando de Adolf Hitler, a Itália fascista de Benito Mussolini e o império nipônico Japonês) ou Aliado (Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética), o Brasil comercializava com os dois eixos em competição por mercados produtores de matérias primas e consumidores de produtos industrializados, especificamente Estados Unidos e Alemanha.

Entretanto, no ano de 1942, o país sai de sua posição de neutralidade, haja vista o bombardeio à base militar norte americana de Pearl Harbor em dezembro de 1941, em conjunto com pressões internas resultantes de acontecimentos capitais, como o bombardeio a navios brasileiros no nordeste, e ainda, a Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, rompendo o Brasil as relações com o Eixo e afirmando assim, sua aliança com os EUA; ainda,

convém ressaltar que, na mesma ocasião, o ministro da fazenda Souza Costa foi enviado a Washington, com a missão de assinar acordos militares e econômicos. (Andrade, 2007).

Segundo Fonseca (2007), mantiveram-se os rumos traçados pelos ideais da Primeira República (1889-1930), a saber: os primeiros laços entre nacionalismo, os projetos de construção nacional e a higiene social defendida pelas primeiras gerações de sanitaristas brasileiros e propagada também, no Brasil, pelos profissionais da Fundação Rockefeller.

Como instituição privada,

a Fundação Rockefeller foi organizada em 1913, a partir do reagrupamento das juntas filantrópicas patrocinadas pela família Rockefeller desde o século XIX. Até a Primeira Guerra Mundial teve sua atuação voltada para ações em saúde pública, educação geral, economia e relações industriais. Com o final da guerra a Fundação concentrou suas atividades em educação médica e saúde pública [...] (MARINHO, 2001, p.14)

Presente no Brasil desde a década de 10, a Fundação Rockefeller,

atuava durante a década de 30 no Serviço de Febre Amarela, através de contratos com o governo brasileiro, sob o comando de Fred Soper e Sérvulo Lima. O combate à doença se realizava através de postos instalados em núcleos rurais pelo interior do país, em áreas de grande infestação. Paralelamente, desde setembro de 1938 a Fundação Rockefeller vinha concentrando suas atividades numa grande campanha de combate ao *Anopheles Gambiae*, mosquito vetor da malária. (HOCHMAN; FONSECA apud PANDOLFI, 1999, p.89).

Nesse sentido, é importante destacar a participação de instituições e técnicos americanos em serviços de saúde no Brasil. E a existência de três serviços que retratam esta influência: o Serviço de Malária do Nordeste, o Serviço de Febre Amarela e o Serviço Especial de Saúde Pública, todos vinculados ao Mesp.

A presença da Fundação Rockefeller, organismo americano no Brasil desde 1916, conferia maior “poder” de barganha deste país no Brasil. Além do mais Barros Barreto² fazia parte de um grupo de profissionais da área de saúde pública que foram bolsistas da Fundação Rockefeller na Johns Hopkins School of Public Health, sendo influenciado pelo modelo de gestão e saneamento dos norte-americanos.

A geração de médicos formados pela Johns Hopkins permitia ao país estreitar laços com lideranças e programas de saúde pública nos Estados Unidos, principalmente com a Fundação Rockefeller, que teve um papel relevante na consolidação da saúde no país.

A influência da Fundação Rockefeller na formação de médicos sanitaristas não se restringiu à criação do Instituto de Higiene, embrião da Faculdade de Saúde Pública da

² João de Barros Barreto foi diretor do Departamento Nacional de Saúde em (1937-39) e (1941-45).

Universidade de São Paulo (USP). No Rio de Janeiro os cursos para formação de sanitaristas também puderam contar com verbas e profissionais norte-americanos.

Nesta parceria de sanitaristas do Brasil com os EUA, os padrões e métodos de trabalho dos ianques começaram a influenciar e estimular novas gerações de pesquisadores e sanitaristas brasileiros. Convém ressaltar que essa importação não se deu de forma passiva, pois, quando chegaram os pesquisadores norte-americanos, as tradições francesa e alemã já eram parte de nossa herança científica.

Tal influência fez-se sentir em campanhas de combate à ancilostomíase, à febre amarela e à malária, como também no apoio institucional ao Instituto de Higiene de São Paulo, que, desde o início de suas atividades, adotou o regime de dedicação integral à pesquisa e a exigência do *numerus clausus* para admissão de estudantes, nos moldes seguidos pela Escola de Saúde Pública da Johns Hopkins. (SANTOS; FARIA, 2006, p.293)

Em 1934, quando Capanema assumiu a direção do Ministério da Educação e Saúde, há uma reorganização institucional. Na reforma para a saúde no advento do Estado Novo, o Instituto Nacional de Saúde Pública promoveu a adoção do sistema distrital, aos moldes da educação sanitária, surgidas na década de 1920, a saber: centros de saúde e os postos de higiene, constitutivas de um distrito. Ainda, nessas unidades sanitárias realizavam-se cursos intensivos para a formação de profissionais.

Convém salientar, que a Fundação Rockefeller teve papel decisivo na criação de bases para uma política de saúde pública, através de campanhas para doenças específicas, englobando tanto os governos da Primeira República quanto fazendo parte da agenda médico-sanitarista do governo Vargas através do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp).

2.3 AMAZONAS E O ESTADO NOVO

Com a instauração do denominado Estado Novo em 1937, assume no Amazonas Álvaro Botelho Maia.

Na verdade, Álvaro Maia ficará à frente do governo amazonense no período que se estende, com interrupções, de 1930 a 1945, ocupando o cargo de governador do Estado em três momentos distintos. O primeiro corresponde aos anos de 1930-1931, o segundo aos de 1935 a 10 de novembro de 1937, por fim temos o período que se estende do dia 11 de Novembro de 1937 a 04 de novembro de 1945. (Alves, 2009, p.33)

A princípio Álvaro Maia ascende, como interventor, ao governo do Estado, em 20 de novembro de 1930, devido ao fato de que todos os governadores estaduais, inclusive o do

Amazonas (à época Dorval Pires Porto) perderam seus cargos após o Movimento de 1930³, passando a ser substituídos por homens designados diretamente pelo poder central (forma encontrada pelo governo central para garantir o controle dos Estados).

Após 1937, a Amazônia ganhou relevância para o governo Vargas, principalmente a partir da Marcha para o Oeste (1938), programa de governo que buscava a integração econômica nacional de regiões consideradas longínquas e desabitadas, consubstanciada na Batalha da Borracha (1942- 1945). A partir de outubro de 1940, a região tornou-se estratégica no discurso do regime e seu início foi marcado com a viagem de Getúlio Vargas à Amazônia⁴.

O principal problema para os objetivos de pertencimento da Amazônia ao projeto de capitalismo nacional que Vargas tinha para o Brasil era a situação epidemiológica da região, principalmente a malária, que já aterrorizava a região desde décadas anteriores.

Com forma de integrar a região à política nacional estadonovista, no primeiro semestre de 1940, o médico Evandro Chagas, que já trabalhava na região, recebeu solicitação do Ministério da Educação e Saúde para investigar o problema da malária⁵ nos estados do Amazonas e Pará, tendo em vista a viagem de Getúlio Vargas prevista inicialmente para agosto do mesmo ano⁶.

Nesse trabalho foram mobilizadas duas instituições científicas que atuavam na região desde os anos 30 e eram capitaneadas por Evandro Chagas: o Instituto de Patologia Experimental do Norte (Ipen), fruto da cooperação entre os serviços sanitários paraense e federais, sob orientação do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e do Serviço de Estudo das Grandes Endemias (Sege), este vinculado àquele (Andrade, 2007; Kropf, 2006 apud Andrade; Hochman, 2007).

Evandro Chagas enviou telegrama ao interventor federal do Amazonas- Álvaro Maia, em 30 de agosto, marcando para o quinto dia do próximo mês o início dos trabalhos.

Hochman (2007) menciona que durante a 2^o viagem à Amazônia⁷, de 6 a 14 de outubro de 1940, Getúlio Vargas visitou o IPEN e declarou apoio ao projeto de saneamento

³ Movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, eleito pelo senhorio paulista, e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes para o quadriênio 1930-1934, ascendendo ao poder Getúlio Dornelles Vargas do Rio Grande do Sul, fora do eixo Rio-São Paulo, representou o fim da Primeira República ou República Velha (1889-1930).

⁴ Cf. Anexo 2: “Discurso do Rio Amazonas.

⁵ Cf. POGGI, Oder. A campanha da Malária no Amazonas: impressões de um sanitarista. Manaus: Encadernação Moderna, 1942.

⁶ Cf. ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.257-277, dez. 2007.

⁷ A primeira viagem de Getúlio Vargas às federações nortistas foi em 1933, discursando em Belém, tendo considerável importância no contexto do seu Governo Provisório (1930-1933), com o intuito de obter apoio à eleição presidencial em 1934. (Andrade, 2007).

da Amazônia, em conjunto com os profissionais do IOC. Ainda, durante uma cerimônia no 8º destacamento militar de Belém, anunciou que estava em curso um plano de saneamento⁸ para a região.

Neste período Getúlio profere “O Discurso do Rio Amazonas”⁹ enfatizando:

[...] vencer pouco a pouco o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. [...] O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.

Ainda no mesmo ano, em 5 de novembro, foi oficializada aquela que seria a Comissão de Saneamento da Amazônia, da qual fariam parte Felipe Nery Guimarães, Evandro Chagas, Ernani Agrícola, João de Barros Barreto e Valério Konder.

Em poucos meses, o inquérito reproduziu 20 mil fichas de doentes, abrangendo 48 cidades do Vale Amazônico. Com base nesses dados, foram levantadas informações sobre as condições de ocorrência da doença, incluindo características dos domicílios, características ambientais da área peridomiciliar, existência de focos de transmissão e, por fim, um mapeamento das áreas endêmicas. (Andrade; Hochman, 2007, p.259)

Porém, no dia 8 de novembro de 1940 a trajetória de Evandro Chagas foi tragicamente interrompida por um desastre aéreo que resultou em sua morte no Rio de Janeiro, modificando assim os rumos do Sege, assumindo a direção Carlos Chagas Filho, irmão de Evandro, a partir de um acordo entre o Instituto de Patologia Experimental (Ipeec, novo nome do Ipen).

Ainda, após sua morte, Evandro Chagas, a Comissão de Saneamento da Amazônia foi reestruturada e passou a ser composta por João de Barros Barreto, Ernani Agrícola, Manuel J. Ferreira e Valério Konder. (Andrade; Hochman, 2007, p.260)

O Plano está pronto e uma primeira apresentação do Plano de Saneamento da Amazônia (1941-1942) foi enviada ao ministro Gustavo Capanema, em 14 fevereiro de 1941, e publicada em forma de relatório de recomendações, em dezembro do mesmo ano, nos Arquivos de Higiene, periódico do Departamento Nacional de Saúde-DNS (Anexo). Haja vista a recomendação à comissão tivesse sido a de criar um plano de combate à malária, o

⁸ O primeiro “Plano de Saneamento da Amazônia” foi feito por Carlos Chagas em 1913, comissionado pela Superintendência de Defesa da Borracha, este propôs um plano de profilaxia para a região, a partir de dados obtidos durante a verificação de saúde dos seringueiros. Para Chagas, a malária era considerada o principal inimigo dessa atividade e se conseguisse acabar ou pelo menos controlá-la, a produção cresceria de novo e reocuparia a ponta do mercado mundial. Seu “Plano geral da campanha Sanitária a se empreender no Vale do Amazonas” nunca foi posto em prática (Chagas; Cruz; Peixoto apud Andrade; Hochman, 2007).

⁹ Cf. Anexo 2 .

Plano de Saneamento englobava o conjunto de atividades destinadas a melhorar as condições de vida e de saúde dos habitantes da Amazônia, para além do combate específico da malária.

Coadunando com o espírito centralizador do regime e com a visão de saúde pública de Barros Barreto, a Comissão indicava ser imperativo que o saneamento da Amazônia, por ser um “problema uno”, deveria ficar sob “comando único”. Assim, o DNS precisaria ser dotado de meios e poderes plenos, dada a amplitude do raio de ação sanitária na Amazônia. Acordos com órgãos e serviços estaduais e locais eram desejáveis, porém “sempre sob rigoroso controle dos órgãos federais” (Barreto et al apud Andrade; Hochman, 2007, p.261).

Convém ressaltar que após conhecer o plano que estava sendo desenvolvido pela Comissão em 1941, Getúlio Vargas teria feito críticas às propostas de saneamento para a região afirmando que o mesmo não obedeceu exatamente ao que pretendia fazer pelo saneamento da Amazônia e ainda que esse plano deveria ser estudado em conjunto com os governos amazônicos e estabelecido em forma de convênios de cooperação. Fato ratificado pelo ministro Gustavo Capanema ao assinar, em 19 de novembro de 1941, com os interventores do Pará e do Amazonas, respectivamente José Carneiro da Gama Malcher e Álvaro Maia, os chamados ‘convênios amazônicos’, que previam a execução do Plano de Saneamento pelos respectivos Departamentos Estaduais da Amazônia, sob direção e fiscalização das Delegacias Federais de Saúde da 2ª e 3ª Regiões. (Andrade; Hochman apud Barreto, 2007, p.263)

Entretanto, é mister enfatizar que o Estado Novo começava a sofrer desgastes e o Brasil, ao romper relações com o Eixo no início de 1942, lhe declarava guerra em agosto do mesmo ano. Aproximando assim os Aliados, o que permitiu ao governo brasileiro assinar os chamados ‘Acordos de Washington’, em 3 de março de 1942, acordos militares e econômicos que, entre suas cláusulas, previam a fixação de preços para a compra de uma série de produtos brasileiros, pois interessava aos ianques aumentar a produção de borracha haja vista que os grandes centros produtores de látex estavam ocupados pelos países do Eixo (Itália, Japão e Alemanha).

Segundo o acordo, para o aumento de produção da borracha deveria ser feito um prévio saneamento da região a ser explorada, o vale do Amazonas. Assim, criou-se em 1942 o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), com o objetivo de controlar doenças (principalmente a malária) e dar assistência aos trabalhadores da borracha que chegariam à região. Dessa forma, os objetivos do Sesp tinham intersecções e competiam com o Plano de Saneamento da Amazônia, que vinha sendo elaborado desde 1940 pela comissão federal. (Andrade; Hochman, 2007, p.263).

Em abril de 1943 foi publicado o último relatório da Comissão de Saneamento da Amazônia, haja vista que, desde o início de 1942, o Plano já carecesse de recursos. A

execução do saneamento da Amazônia, que mobilizou diversos profissionais ligados aos Departamentos Nacionais e Estaduais de Saúde e a institutos de pesquisas, não foi adiante, foi entregue ao Sesp- criado pelo Decreto-Lei n° 4.321/1942.¹⁰

Convém ressaltar

que o Plano de Saneamento da Amazônia era fruto de um esforço original e concertado entre profissionais, serviços e instituições nacionais para tentar superar os problemas sanitários da Amazônia nos moldes estadonovistas, ao passo que o Sesp era parte do esforço de guerra aliado, que não dava muita liberdade para o Brasil nas escolhas de suas políticas para a Amazônia. (Andrade; Hochman, 2007, p.266).

Portanto, o Plano Saneamento da Amazônia não esteve apenas associado aos médicos e sanitaristas que atuavam na região, mas também à inserção da Amazônia ao discurso estadonovista e às políticas de saúde do governo Vargas. Acasos trágicos como a morte de Evandro Chagas, os abalos na legitimidade do regime e o envolvimento do Brasil no esforço de guerra ao lado dos Aliados modificaram sensivelmente o lugar da Amazônia no cenário nacional e internacional entre 1942 e 1945, e com isso inviabilizaram o Plano de Saneamento que vinha sendo gestado desde 1940 pela supramencionada comissão. (ANDRADE; HOCHMAN, 2007).

2.4 O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA (1942-1945)

O SESP foi criado como desdobramento dos “Acordos de Washington” entre Brasil e Estados Unidos, com o “objetivo de controlar doenças (principalmente a malária) e dar assistência aos trabalhadores da borracha que chegariam à região”. (Andrade; Hochman, 2007, p.263)

O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA, como seu próprio nome definia, não fazia parte da estrutura normal do Ministério da Educação e Saúde. Era um órgão especial, de emergência, subordinado diretamente ao Ministro da referida pasta, com total autonomia derivada da autoridade conferida ao Superintendente, para determinar o processo administrativo a ser seguido pela Instituição. Assim, no próprio contrato básico, foi dada ao Superintendente a autoridade exclusiva de escolher, nomear, demitir os servidores, estabelecer os salários, determinar transferências e condições de emprego dentro da Organização.[...] (BASTOS apud FERREIRA, 2003, p.10).

Vargas tinha urgência na Amazônia enquanto produtora de matérias-primas e consumidora dos produtos industrializados fortalecendo dessa forma a ação do SESP diante de outros organismos de saúde do governo brasileiro, contratando médicos brasileiros para,

¹⁰ O Decreto-Lei n°4.321 de 21 de Maio de 1942 aprova o acordo sobre saúde e saneamento do Vale do Amazonas entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington, a 11 de março de 1942. Extraído de:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4321-21-maio-1942-414512-publicacaooriginal-1-pe.html>>Em: 27 de junho de 2014.

juntamente com os médicos ianques, atuarem no combate as endemias, epidemias e profilaxia das doenças na região amazônica.

Além de atuar no combate as doenças, o SESP realizava a triagem para selecionar mão de obra para a Amazônia. No Nordeste, região que mais enviou trabalhadores para os seringais da Amazônia, particularmente, o Ceará,

o SESP criou, organizou e executou o processo de arregimentação, juntamente com o SEMTA (Serviço Especial Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) e a CAETA (Comissão de Administração de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia) que deveriam realizar nos postos (hospedarias e pousos) o instrumental normativo, disciplinar e desodorizador da população arregimentada antes de embarcarem para os seringais amazônicos. (FERREIRA, 2003, p.09).

Quanto à questão técnica médico-sanitária o SESP realizaria:

A Assistência Médica consistirá de: imunizações contra a varíola, febre tifóide e paratifóide A e B e tétano; assistência médica geral; (BASTOS apud FERREIRA, 2003, p.11).

Com o fim da guerra, a estrutura de pronto atendimento às exigências dos Acordos de Washington na Amazônia do SESP foi abandonada e a região continua apresentando problemas tão graves quanto os existentes na campanha da Marcha para o Oeste na década de 1940, tendo na Batalha da Borracha seu fundamento principal. (FERREIRA, 2003, p.15).

2.5 A INFLUÊNCIA DAS IDEIAS HIGIENISTA-SANITARISTA NO ESTADONOVISMO NO BRASIL.

A década de 30 se inicia com uma crise de hegemonia, devido a cisões regionais, e o rompimento com a unidade da oligarquia agroexportadora em torno do sistema político existente (Republica Velha-federalista), além do agravamento das tensões entre representantes e representados, dentro desta estrutura de poder marcada pelo predomínio do setor cafeeiro. As discordâncias inter-regionais no interior da coalizão agroexportadora dominante tornam-se mais agudas em fins da década de 20, atingindo o clímax em uma pressão contra a hegemonia da burguesia cafeeira (São Paulo). É também nesse momento que se intensificam os atritos entre o setor hegemônico da coalizão dominante e sua representação política, introduzindo mais um fator de enfraquecimento do regime político (BALDUINO,[200-?],p.1886).

Destarte, nesse período, compreendido pela historiografia como República Velha (1889-1930), gradativamente vai se fortalecendo o movimento sanitarista, se associando à orientação ideológica do nacionalismo e adentrando ao projeto de construção de um novo homem, surgindo assim em 1918, a Liga Pró-Saneamento do Brasil, com o objetivo de alertar

as condições adversas de saneamento em que se encontrava grande parte da população pobre do Brasil.

Com o Movimento de 1930, os antiliberais, nos quais muitos tenentes já estão inseridos, passaram a fazer fortes críticas à democracia liberal.

Segundo eles a Constituição brasileira de 1891 tinha sido feita “ao sabor das teorizações do liberalismo europeu e das sugestões do federalismo norte-americano”, sem se preocupar com as especificidades da realidade brasileira. Ainda, acusavam a democracia liberal brasileira de ser um mero fetichismo de teorizações ultrapassadas, que saiu muito cara para os brasileiros. Acusavam, ainda, o federalismo de dar base para o regionalismo e este, por seu turno, comprometia a integridade nacional. (Alves, 2009, p.22)

Diante desse quadro de instabilidade que permeava o fim da República Velha, surge dos pampas gaúchos a figura de Getúlio Dornelles Vargas, a máquina política desenvolvida por ele e por seu séquito procurou criar, em torno de sua figura, um simbolismo de homem predestinado a governar o país nesse momento de crise nacional e mundial, que foram as décadas de 1930 e 1940.

A partir de 1930, foi na figura de Vargas que, paulatinamente, os movimentos de direita buscaram a figura de um líder, de um chefe. Contudo, por mais que seja a partir desse momento, que essa concepção autoritária, nacionalista, avessa à democracia liberal, chega ao poder, não foi nesse ano, ou mesmo em um breve período de tempo que essa concepção de governo ganhou hegemonia; setores liberais defensores da democracia, ou até mesmo as antigas oligarquias deslocadas do poder como a paulista, ainda resistiram por um tempo. (Idem, p.24)

Com a tomada do poder por Vargas, a Liga Brasileira de Higiene Mental¹¹ saúda o novo presidente com publicações, no sentido de que a racionalidade e progresso haviam chegado ao âmbito estatal.

Divergências com o governo levaram-nos ao conflito armado em São Paulo no ano de 1932, denominado Revolução Constitucionalista. Mesmo Vargas saindo vitorioso desse conflito, o governo se viu obrigado a convocar uma Assembleia Constituinte que elaborou uma nova Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934.

Convém ressaltar que a preocupação com a questão sanitária, já presente em tempos pretéritos, teve tanta repercussão¹² que incluíram na Constituição de 1934, em seu art. 138, cabendo aos entes, União, Estados e Municípios:

¹¹ Fundada no Rio de Janeiro em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, com a ajuda de filantropos do seu círculo de relações. (Costa, 1976, p.31)- já explanado no relatório PIB-SA/0054/2012.

¹² A urbanização sem planejamento decorrente da industrialização emergente que acontecia no Brasil no final do século XIX e início do século XX teve como consequência problemas de toda ordem, entre os quais se destacam as condições sanitárias ameaçadoras e os surtos epidêmicos. (BOARINI; YAMAMOTO, 2004).

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbilidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

Se tais preceitos higienistas e eugenistas estiveram presentes na supramencionada constituição, a prática social estava impregnada por essas ideias, que permeavam todas as esferas da vida cotidiana, tais como a educação, o trabalho e a família, presentes na lógica internacional que permeava o país, e se legitimava no modo de vida das pessoas.

Ainda, a inserção das ideias higienistas e eugenistas na CF/34 foi fundamental para a emergência política e social dos higienistas, haja vista tornarem-se responsabilidades sociais do Estado em face da questão higiênica e da saúde pública.

Entretanto, mesmo com avanços do poder público e do conhecimento biomédico, continuava sendo dramático o quadro sanitário que permeava o Brasil em 1930: a febre amarela, a malária, a hanseníase e a tuberculose, eram uma constante na vida de grande parte da população brasileira.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) ainda em novembro de 1930 parecia ser também a realização parcial dos anseios do vigoroso movimento sanitarista da Primeira República (CASTRO SANTOS, 1985; HOCHMAN, 1998 apud HOCHMAN, 2005, p.129).

Em junho de 1937 acaba o Estado de Guerra no Brasil, mas a descoberta do Plano Cohen, documento que consistia na proposta de assassinato de centenas de políticos brasileiros e subversão da ordem institucional, em 30 de setembro de 1937, cria um ambiente emocional propício para o golpe, fazendo com que no início de outubro volte o Estado de Guerra. Sem uma expressiva oposição, Getúlio Vargas, no dia 10 de novembro de 1937, fecha o Congresso Nacional, dando um golpe de Estado apoiado pelas forças armadas. (Alves, 2009)

Assim nasce o Estado Novo, governo no qual se presencia a hegemonia do executivo, que tentou constituir o Estado de uma identidade superior, identificada com a própria Nação. Nesse sistema, a autoridade do chefe seria inquestionável e desde o seu início e no decorrer dos anos, seus apologistas tentarão caracterizá-lo como “o único sujeito histórico adequado ao país para aquele momento e, ao mesmo tempo, o corretor da sua linha de evolução histórica”. (Alves, 2009, p.28).

O “divisor de águas” no processo de construção institucional da saúde pública enquanto política estatal foi a gestão do Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-45).

Em termos de criação institucional podemos citar as Delegacias Federais de Saúde, os Serviços Nacionais, a instituição das Conferências Nacionais de Saúde e a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942, por meio de um acordo com o governo norte-americano.

Convém ressaltar que o eugenismo influenciou decisivamente os rumos tomados pelas práticas de higiene e educação sanitária até meados dos anos 40. Para os higienistas sociais, interessava a possibilidade, apontada pelo eugenismo, de utilização de todos os conhecimentos no sentido de melhorar física, mental e racialmente as futuras gerações brasileiras. Além de que, a solução para as misérias da sociedade estava no domínio da seleção natural e, mais ainda, que as causas das misérias sociais estavam no fato de o homem não tomar sob suas rédeas o controle científico daquilo que é feito pela natureza. (Mansanera& Silva, 2000).

A seguir identificaremos alguns serviços relevantes para o Estado Vargasista, imprescindíveis para entendermos a agenda higienista no Estado do Amazonas.

3 O LABORATÓRIO DE BIOLOGIA INFANTIL (LBI).

Nos anos 1930, a assistência à infância tornou-se importante item da agenda social do governo varguista, pois além do Departamento Nacional da Criança, outras experiências voltadas para a assistência à infância, financiadas pelo Estado varguista, como a Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, o Serviço de Escolas-Hospitais e o próprio LBI são amostras da diversidade de projetos destinados a cuidar das crianças, no referido período. (SILVA, 2011).

O LBI utilizava princípios eugênicos no tratamento das crianças abandonadas e delinquentes ao identificar, classificar e internar filhos de tuberculosos, sífilíticos e epiléticos. Tais atividades coadunavam-se com o objetivo maior do Laboratório, a profilaxia criminal, mas representavam também uma prática de controle e repressão à infância abandonada (FONSECA apud SILVA, 2011, p.1115).

O internamento de menores tornou-se, na década de 1930, uma das responsabilidades do Estado, o qual, além de criar e manter asilos infantis exerceu o poder de internar crianças residentes em espaços propícios ao desenvolvimento da delinquência. A autoridade estatal estava acima da familiar, em relação ao destino dos menores na sociedade. Esperava-se, das

instituições para menores, o resgate forçado daqueles considerados delinquentes, com vistas a proteger a sociedade; tratamento e regeneração do menor internado; estudo sistemático, com apoio da medicina legal, para definir seu tratamento; e, a partir desse estudo, melhor conhecimento das causas da criminalidade. Muitos menores foram internados sem cometer qualquer ato criminoso; apenas eram condenados pela herança biológica dos pais e pelo ambiente degradante em que estavam inseridos. Foram essas as bases que nortearam a criação do LBI, em 1935. (FERLA apud SILVA, 2011, p.1116).

Na primeira fase do Laboratório de Biologia Infantil (1935-1937) se deu a construção do LBI em 1936 – assim como a implantação de outros projetos destinados a cuidar da infância abandonada e delincente – recebeu apoio do juiz de menores José Burle de Figueiredo e da deputada federal Carlota Pereira de Queiroz. O juiz de menores acreditava que o funcionamento de um centro de estudos de crianças abandonadas e delinquentes poderia auxiliar o trabalho da Justiça. Aos médicos do Laboratório coube a elaboração de pareceres e a indicação do tratamento mais adequado a cada caso. (SILVA, 2011, p.1116-1117).

Nessa fase, o procedimento prioritário do Laboratório, era a identificação. O sistema de identificação da Polícia do Distrito Federal representava uma das práticas da medicina legal mais aprimorada do ponto de vista técnico. Ele serviu ao Estado e ajudou-o a concretizar as políticas de controle e repressão política e social. O Médico criminalista, Leonídio Ribeiro era conhecido dentro e fora do país por seus trabalhos na área de identificação, e parte de seu conhecimento foi empregado no LBI. O problema da criança abandonada e delincente transformava-se em questão de identificação e, ao fim, em questão médico legal. (Idem).

Assim, cabia ao LBI tratar de crianças com ‘predisposição’ a desenvolver, no futuro, uma conduta desviante, nesse sentido o crime passava a ser visto como uma doença biológica, tendo, portanto, como uma das causas a hereditariedade. (SILVA, 2011, p.1118)

A criação de serviços sociais comprometidos com a questão das crianças abandonadas e delinquentes fez parte da dinâmica de transformação do LBI. No início, o serviço social foi responsável pelo levantamento histórico do ambiente familiar das crianças. Numa segunda etapa, a prática do serviço social ganhou novos e amplos contornos. A instituição, como espaço de investigação das causas da delinquência infantil, seria, segundo seus três principais idealizadores (o médico Leonídio Ribeiro, o juiz José Burle de Figueiredo e a deputada Carlota de Queiroz), um local de estudo e pesquisa. Dessa forma, nos dois primeiros anos de funcionamento promoveram-se diversos cursos e palestras sobre a questão da criança abandonada e delincente. (SILVA, 2011, p.1120).

O LBI seria um local de ‘purificação’ das crianças infratoras ou daquelas que se encontravam próximas ao crime. Espaço disciplinado e organizado, ali as crianças eram primeiramente submetidas aos exames antropométricos e identificadas pelos procedimentos

médico-legais. (Idem)

Convém ressaltar que o funcionamento inicial do Laboratório ainda estava contaminado por uma concepção determinista, e a causas biológicas.

Em parte, essa mentalidade integrava uma tradição médico-legal ali representada por Leonídio Ribeiro. Aluno da chamada escola Nina Rodrigues, ele reacendia, na década de 1930, algumas das teorias elaboradas pelo médico maranhense no final do século XIX. (CORRÊA, apud SILVA, 2011, p.11120).).

A segunda fase de funcionamento do LBI (1938-1939) foi um período de transição de um projeto inicialmente orientado para identificar e controlar as crianças abandonadas e delinquentes para a adoção de ações de cunho assistencial. O serviço de identificação das crianças e os exames médico-legais foram perdendo espaço para outras práticas, como os testes psicológicos e os trabalhos das assistentes sociais. (SILVA, 2011, p.1125).

Na nova estrutura do LBI, a Seção de Investigação Social teve papel expressivo. Nela realizava-se o histórico da vida social das crianças, e, para isso, as assistentes sociais circulavam no ambiente em que vivia a maior parte dos menores abandonados e delinquentes.

Elas utilizavam um questionário para coletar informações que serviriam para a montagem das fichas dos menores. A influência do meio social como causa das falhas dos menores passava cada vez mais a ser entendida como fator determinante dos atos delinquentes. Nesse contexto, pode-se considerar que, embora a influência das causas biológicas não fosse de todo afastada, sua prevalência começava a ser revista. (SILVA, 2011, p.1123).

Desse modo, de acordo com as ideias que orientavam o Laboratório na segunda fase, o meio social ‘degenerado’ era o grande motivador da delinquência infantil. As crianças abandonadas pela família encontrariam nas ruas o mundo do crime. Médicos, magistrados e professores compartilhavam também da mesma opinião quanto ao remédio mais eficaz para esse mal: a educação profissionalizante. A associação entre escola e trabalho poderia recuperar o menor abandonado e delinquente.

Silva (2011) ressalta que o tratamento do menor foi dirigido para o binômio escola/trabalho e respondia a duas necessidades do Estado varguista: acabar com a criminalidade infantil e criar um bom contingente de trabalhadores para o futuro. Asilos agrícolas e institutos profissionalizantes foram os principais espaços de recuperação dos menores.

Convém ressaltar que mesmo com a mudança de perfil, a instituição parecia estar condenada à extinção. Ao assumir a direção do LBI, Alencar Neto, alertava sobre os altos custos do Laboratório em relação a sua pouca eficiência. A reforma realizada por ele culminou com a anexação do LBI ao ISS (Instituto Sete de Setembro), e o primeiro, que já

funcionava em uma das dependências do segundo, perdeu sua autonomia legal a partir de novembro de 1939 – o que acontecia de fato desde 1938, visto que os dois organismos tinham o mesmo diretor. O LBI foi extinto como órgão auxiliar do Juizado de Menores, e seus serviços passaram funcionar como uma seção do ISS. (SILVA, 2011, p.1125).

E por fim na terceira fase do Laboratório de Biologia Infantil (1939-1941), com o decreto-lei 1.797 de 23 de novembro 1939 foi determinado que os serviços do LBI fossem anexados ao ISS, o que ocasionou também uma mudança no perfil do Instituto a partir de 1939.

Embora ele não existisse como instituição autônoma, o funcionamento de serviços como os de identificação, assistência social e psicologia representava a continuidade da prática científica na instituição. Ressalta, também, Silva (2011, p.1126) que “a incorporação dos serviços do Laboratório pelo ISS foi responsável pela reestruturação das organizações destinadas a cuidar de crianças abandonadas e delinquentes naquela época”. Nesse sentido, o período que se iniciou em 1935, com a criação do LBI, até a extinção do ISS, em 1941, representou uma fase importante da história da assistência à infância abandonada e delincente.

3.1 NOVA FERRAMENTA DA ATENÇÃO À INFÂNCIA: O SERVIÇO SOCIAL¹³

É interessante destacar o processo do desenvolvimento do serviço social em um instituto criado para identificar e reprimir os chamados atos antissociais da infância. O serviço social se desenvolveu no LBI associado às políticas de controle e repressão do Estado varguista.

Essa é uma pequena parte do desenvolvimento dessa disciplina, também presente nas políticas de cunho assistencial do Estado. No Laboratório discutiu-se o perfil do profissional que deveria ocupar o cargo de assistente social. A mulher foi identificada como a mais capaz de desenvolver esse trabalho, em virtude das características consideradas, na época, próprias ao gênero feminino: instinto materno, maior sensibilidade, passividade e paciência no trato com “crianças desajustadas” (RIBEIRO, apud SILVA, 2011, p.11120).

Nesse sentido, o Laboratório de Biologia Infantil promoveu cursos de assistente social com duas intenções básicas em relação a estes profissionais comprometidos com as políticas de cuidados, a saber:

¹³ Além da Direção, as seções do LBI eram: Medicina (medicina geral, laboratório, radiologia, antropometria, psiquiatria, neurologia, ginecologia, olhos, nariz-garganta-ouvido, boca); Psicologia; Psicotécnica (psicopedologia, psicometria, pedagogia, orientação profissional, arquivo); Identificação (fotografia, filmagem, datiloscopia, arquivos); Assistente Social (secretaria, almoxarifado, enfermagem, arquivo geral, estatística, inquéritos, instituições, biblioteca, cursos, publicações). (SILVA, 2011, p.1128).

A primeira era a formação de uma especialidade mais flexível, com trânsito livre entre as camadas mais pobres da população, podendo prestar auxílio ao mesmo tempo à medicina e ao direito. A segunda intenção diz respeito à redefinição do papel da mulher na sociedade brasileira, com uma pequena, mas significativa emancipação feminina na década de 1930, e repercutindo na criação de novas profissões em espaços ainda adaptados a uma velha concepção de ‘natureza’ da mulher. (RIBEIRO, apud SILVA, 2011, p.11120).

A concepção genérica do serviço social transformava-o em um dispositivo inovador no plano da gestão social da pobreza, haja vista como capaz de articular os problemas às soluções; de diagnosticar e mitigar; de interferir de maneira científica e terapêutica na experiência cotidiana da infância e das famílias pobres; de mediar, o destino contingente de sua clientela para com as instituições ou outros profissionais como médicos, educadores, empregadores, psicólogos. (NUNES, 2012).

4 O SERVIÇO DE ORTOFRENIA E HIGIENE MENTAL (SOHM).¹⁴

O Serviço (ou Seção) de Ortofrenia e Higiene Mental – SOHM – era um dos cinco departamentos do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), órgão subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal (RJ). Suas atividades iniciaram em 17 de janeiro de 1934 sendo seu primeiro e único diretor Arthur Ramos.

Convém ressaltar, que a Liga Brasileira de Higiene Mental-LBHM, criada em 1923, pregava medidas higiênicas de modo a promover o bem-estar físico, essencial para a obtenção de seu bem-estar mental.

O SOHM é resultado dos ideais da Escola Nova¹⁵ e da Higiene Mental, já que tinha como objetivo, atender crianças (escolas primárias da rede municipal) que apresentassem problemas de adaptação, abordando seus possíveis desajustamentos psíquicos no lar e na escola, além de atuar junto às chamadas escolas experimentais, com o intuito de criar novos métodos educacionais baseados na experimentação cotidiana.

O SOHM encerrou seu trabalho em 1939, devido à ascensão do Estado Novo, sendo substituído pelo Serviço de Ortofrenia e Psicologia (SOP) em 1940, a partir de uma

¹⁴Extraído:<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/237.%20Ibi,%20sohm%20e%20sop.pdf>Em: 01/07/2014.

¹⁵ Evidenciam a partir de 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do qual um de seus principais disseminadores foi Anísio Teixeira. Este movimento visava a inserção da ciência principalmente da psicologia e da sociologia – nas diretrizes do sistema educacional, além de enfatizar também a formação dos professores, objetivando ampliar a influência da escola na sociedade, a fim de igualá-la à de países desenvolvidos. Disponível em:<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/237.%20Ibi,%20sohm%20e%20sop.pdf>Em: 01/07/2014.

reformulação do IPE (que passa a se chamar Centro de Pesquisas Educacionais – CPE), funcionando com atividades similares ao SOHM, mas com concepções diferentes.

O SOP destinava-se, principalmente, a diagnosticar os alunos com dificuldade de aprendizagem (escolas primárias da rede municipal) através do uso de testes de inteligência infantil e ainda realizava trabalho clínico de curta duração com estas crianças, fazia pesquisas e ministrava cursos acerca desses assuntos, constituindo-se em um centro de propagação de conhecimento. Este serviço encerrou suas atividades em 1975, com a extinção do IPE devido à fusão dos Estados da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro.

5 CONSTRUINDO A AGENDA HIGIENISTA-SANITARISTA NO AMAZONAS.

5.1 (RE) VISITANDO AS OBRAS DE ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO

Partindo das obras do André Vidal de Araújo que abrangem o período em estudo, é possível identificar de forma nítida a dimensão e a profundidade com que seus inscritos estavam permeados pelas ideias do estadonovismo em voga no país.

A carta intitulada “A Prol da Infância: Apêlo do Juiz de menores de Manaós” de 1940¹⁶ encaminhada ao presidente Getúlio Vargas, quando o mesmo visitava pela segunda vez o Amazonas, o André Vidal ofereceu-lhe um memorial mostrando os trabalhos já realizados no Estado e solicitando recursos para a ampliação das obras sociais,

As modernas diretrizes brasileiras vem encarando o problema social da criança como um dogma precípua, essencial a melhoria de nossa paisagem humana. Retemperado em novos e mais amplos princípios de cultura e de ciência, o Estado Novo aplica ao Brasil, com doses de forte entusiasmo, os planos arrojados que hão de leva-lo às vantagens do progresso e da civilização. (VIDAL, 1940, p.73)

Ainda, Vidal menciona em sua carta, a criação do Juízo de Menores, que mesmo com poucos anos de existência (5 anos), “definiu o direito do menor. Amparou o abandono. Readaptou o delinquente. Forjou uma nova mentalidade” (VIDAL,1940,p.7), que se complementa com outras instituições, a saber: Secção Mello Mattos, Escola Premunitória do Bom Pastor, e Escola José do Patrocinio, com intuito de estender esses serviços e dessa forma inserir o Estado na lógica de desenvolvimento nacional, com especial atenção a infância, tendo em vista serem o futuro da Pátria.

Ainda, também na referida carta, em uma de suas partes que define como MAIORES RUMOS solicita recursos para a ampliação das obras sociais, Araújo menciona uma citação já

¹⁶ Cf. Anexo 3.

afirmada por Getúlio Vargas: “E que mais poderá beneficiar uma coletividade, uma Pátria a levantar-se do que a eugenia de seu elemento humano?” (ARAÚJO, 1940, p.14).

André Vidal conhece, por um lado, as discussões da época no que diz respeito às questões levantadas pelo movimento científico e político conhecido como higienismo desde a década de vinte e, por outro, que as instituições do Estado¹⁷ vem desenvolvendo suas atividades atreladas à agenda política nacional mesclada com o sentimento nacionalista fortemente presente em sua Carta.

O que se verifica quando o interventor Álvaro Maia solicita ao desembargador André Vidal o Projeto da Organização dos serviços de Assistência Social do Amazonas¹⁸, destacando os seguintes serviços: Do Serviço de Assistência Social, compreendendo o Serviço Social de Assistência aos desajustados da saúde, o Serviço Social de Assistência aos desajustados da cultura, o Serviço Social de Assistência aos desajustados de Amparo, o Serviço Social de Assistência aos desajustados dos sentidos, o Serviço Social de Assistência aos desajustados de espírito, o Serviço Social de Assistência aos desajustados de condições e o Serviço Social de Assistência aos desajustados da conduta; Do Serviço de Assistência e Proteção aos Menores; Do Serviço de Proteção aos Desvalidos; Do Serviço de Proteção aos Trabalhadores e Do Serviço de Amparo Social a Família.

Ressalta Maia¹⁹ (1936, p.53) “que assistência à infância e aos tuberculosos, o combate à lepra exigem medidas de acautelamento, de defesa de nossa gente, ameaçada de males crescentes com os anos que se passam [...]”.

Tais serviços vão ratificar a preocupação do interventor, consubstanciado no projeto elaborado por Vidal de Araújo com os rumos do Estado, “[...] na busca de modernizar e consolidar as nações como sociedades modernas, junto às quais a assistência era vista como um mecanismo capaz de civilizar, higienizar, controlar e prevenir problemas com as populações [...]” (NUNES, 2012, p.455-456).

Na América Latina, as inúmeras iniciativas de atenção à infância e à família popular, desenvolvidas na primeira metade do século XX, têm sido objeto de diferentes estudos que buscam relacioná-las ao tema da profissionalização da assistência social, de maneira geral, e da e a emergência do serviço social como nova ferramenta das práticas de assistência, de modo especial. (NUNES, 2012, p.456).

¹⁷ Cf. MAIA, Álvaro Botelho. Mensagem do governador a Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de Maio de 1937. Manaus: Imprensa Publica, 1937.

¹⁸ Cf. Anexo 4.

¹⁹ Cf. MAIA, Álvaro Botelho. Mensagem do governador a Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de Maio de 1936. Manaus: Seccao de Obras da Imprensa Publica, 1936.

Segundo Montenegro (1985, p.44) “[...] o Estado Novo trouxe modificações que permitiram o favorecimento do Serviço Social no Amazonas bem como o conseqüente surgimento de uma Escola destinada a formar pessoal preparado para atuar no Serviço Social²⁰”. A referida autora destaca que sua criação foi uma iniciativa da igreja católica em parceria com o governo do Estado, tendo o interventor do Estado, Dr. Álvaro Maia, encomendado a André Vidal de Araújo, juiz de menores e conspícuo católico, a elaboração de um projeto para organizar as bases da assistência social no Estado do Amazonas²¹.

Outrossim, André Vidal (1940, p.5) afirma que:

o Serviço Social originou-se daquilo que se conhece com o nome de assistência sanitária. Dos hospitais, dos trabalhos de profilaxia sanitária, das clínicas e policlínicas que velam pela saúde humana e lutam para debelar as enfermidades sociais como o câncer, a tuberculose, a sífilis, o paludismo²² - surgiu a medicina social e com ela os problemas sanitários, sociais e econômicos.

Indubitavelmente o desembargador Araújo estava em sintonia com os ditames do Estado Novo, e para melhor esclarecer, enfatiza algumas características, ou melhor, alguns aspectos da Assistência Social: Assistência Sanitária, organização do trabalho²³, família, Mutualidade cooperativa e de seguros, Eugenesia²⁴, Proteção a Infância e a Maternidade, urbanismo social, o Serviço Social (incluindo Serviço Social da Infância, Tuberculose²⁵, Enfermidades infectocontagiosas, do Escolar, dos Hospitais, Sífilis e Enfermidades Gerais, de Subsídios, de Caixas de Seguros, das Fábricas, da Vivenda, da Nutrição, da Penitenciária, da Aplicação da Legislação social e Serviço Social da Emendação de Menores Abandonados e Delinquentes etc.)²⁶

Ainda, Vidal (1940, p.15) menciona que “as obras assistenciais que aspiram à defesa da raça repousam no principio de certas campanhas sanitárias e de higiene mental”. [...]

²⁰ Cf. AGUIAR, Ariadna Nunes; VALLINA, Marcelo Mario. A influência das ideias Higienistas na emergência da Escola de Serviço Social do Amazonas. Manaus: UFAM, 2013. 95 p. (PIB-SA/0054/2012).

²¹ Araújo, André V. de (1941).

²² Cf. BATISTA, Djalma. O paludismo na Amazônia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

²³ Na propaganda varguista direcionada aos amazonenses, valorizava-se muito a questão da nacionalidade e do trabalho, ou melhor, do homem trabalhador, isso não era por acaso. Ao propagar que os amazonenses eram trabalhadores, o Estado Novo, reconhecia os mesmos enquanto cidadãos brasileiros, uma vez que a essência da cidadania valorizada pelo Estado Novo estava diretamente relacionada ao trabalho, pois este ajudava no crescimento da pátria; para ser cidadão, no Estado Novo, era preciso servir à Nação. Os amazonenses eram bons brasileiros, pois eram bons trabalhadores, logo precisavam ser incorporados à Nação e valorizados enquanto tal. (Alves, 2009, p.)

²⁴ A eugenia, visando o melhoramento da raça através do exame pré-nupcial e com esterilização dos degenerados, precisa ser vista seriamente. (Vidal, 1940, p.36). Tal proposta encontra-se melhor definida no PIB-SA/0054/2012.

²⁵ Cf. BATISTA, Djalma. A equação da tuberculose em Manaus. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado de Cultura, 2004.

²⁶ Cf. ARAÚJO, André V. de. Serviço Social problemas sobre maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra, e todos os desajustamentos sociais. Manaus: Imprensa Pública, 1940.

Ressalta ainda, que a eugenia deve ser feita em cooperação com os educadores, médicos e sociólogos. Por intermédio dela enceta-se a campanha pela infância, combate a sífilis, o álcool, etc... E o exame pré-nupcial urgente para a saúde das mães descuidadas, além da higiene pré-natal e natal objetivando a proteção médico-sanitária, e também a criação de preventórios, sanatórios para os filhos de tuberculosos.

Conclama André Vidal (1940, p.18), “a imprensa, o povo, o governo, as instituições particulares, as escolas, as academias, o comércio, as indústrias, o operariado, todos concorrerem para a grandeza da política assistencial inaugurada pelo Estado Novo”.

Em seu livro *Bases Sociais da Pedagogia Curativa*, de 1951, o autor dedica um espaço significativo para propor o estabelecimento, no Juizado de Menores, de uma clínica psicológica de conduta infantil, proposta defendida pela Liga Brasileira de Higiene Mental na segunda e terceira década do século XX,

“A clínica é um núcleo de combate na higiene mental, na ortofrenia. Todo caso problema de crianças pode ser resolvido na clínica ou pela clínica, quer no plano anatomo-fisiológico, quer no plano psicológico, quer no plano psiquiátrico, quer no plano social” (ARAÚJO, 1951, p.117).

Ainda, no mesmo livro, André Vidal (1951, p.123) ressalta “a necessidade de um centro onde se estude verdadeiramente a alma da criança, nos moldes do antigo Laboratório de Biologia Infantil, hoje Serviço de Assistência aos Menores, fundado por Leonidio Ribeiro”.

Como citado nos capítulos anteriores, essas ideias estavam relacionadas a uma visão mais ampla que se desenvolvia no Brasil à época, o que indica que no início de sua produção, embora seja marcante o pensamento social católico²⁷, não lhe eram desconhecidas às discussões nacionais e inclusive regionais sobre as ideias higienistas e de saneamento.

5.2 O JORNAL DO COMMERCIO²⁸ E A REVISTA AMAZONAS MEDICO

O jornal mencionado foi criado no dia 02 de janeiro de 1904 por um comerciante português, ex-proprietário do jornal *Commercio do Amazonas*, Joaquim Rocha dos Santos. Segundo Silva (SILVA, 2009, p.96) a trajetória do *Jornal do Commercio*, “desde o seu aparecimento na seara jornalística baré, sempre fora um periódico que atuou nas esferas políticas, econômicas e sociais do Estado do Amazonas, sendo um grande formador de opinião.”.

²⁷ Cf. AGUIAR, Ariadna Nunes; VALLINA, Marcelo Mario. A influência das ideias Higienistas na emergência da Escola de Serviço Social do Amazonas. Manaus: UFAM, 2013. 95 p. (PIB-SA/0054/2012).

²⁸ Cf. ALVES, Hosenildo Gato. Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945) / Hosenildo Gato Alves. Manaus: [s.n.], 2009, 210 p., II.

Desde o seu início, o Jornal do Commercio noticiava assuntos diversificados, dentre eles,

Abordou a questão da saúde pública de Manaus, as questões urbanas e temas de outras regiões do Brasil e internacionais. Em suas páginas, durante as duas primeiras décadas do século XX, encontraremos algumas temáticas constantes, que ganharam colunas específicas como: Higiene (que em 1906 passou a se chamar “Servicios Sanitários” e a partir de 1910 de “Manaus Saneada”, passando, na década de 1920, a se chamar de “Prophylaxia”), Casos de Polícia, Echos do Dia, Inedictorias etc. A partir de 1910, as colunas que diziam respeito ao Amazonas ganharam uma coluna própria “Noticias da Amazônia, dos Estados e do Estrangeiro”. (SILVA, 2009, p.62).

Segundo Hosenildo (2009) o Jornal do Commercio durante o Estado Novo terá em seu regime três atuações distintas, a primeira, que se estende de novembro de 1937 a janeiro de 1943, é de oposição e resistência a um governo com o qual não comungava; a segunda se estende de fevereiro de 1943 a janeiro de 1945 mostra-se receptivo as ideias do estadonovismo e no terceiro momento que se estende de fevereiro até depois da queda do regime é de protesto, de crítica.

Segundo Schweickardt (2009, p.119) “a Revista “Amazonas Médico” também, foi uma instituição importante na criação dos espaços de ciência no Amazonas, permitindo a visualização dos debates e das práticas médico-científicas no Estado”.

Divida em três fases, A Revista “Amazonas Médico”, em sua terceira fase compreende o período em que o Alfredo da Matta como único autor, publica dois números: 17 (1941) e 18 (1944), período que abrange o Estado Novo. Nessa terceira fase a Revista é denominada: “Amazonas Médico: Medicina – Ciências Naturais”, e traz o nome do autor como “Redator-Proprietário: Dr. Alfredo da Matta”.

Na Revista n.17 (1941) podemos encontrar os seguintes assuntos: Fogo Selvagem ou pemphigo Foliáceo, Onixmicose, Herpes Zoster, Acladiose, Dermatite linear serpeteante progressiva pruriginosa, Lichen tropical, Trichophitiae ou sicose profunda de barba, Ostrite nasal hipertrophica simétrica (Gundú), Eczema ceborrheica, Dermatite causada por estaphilinideo (Potó), O Purupurú é uma treponemose, Esporotrichose e Lesões intedigtaes dos pés.

Na Revista n.18(1941) podemos encontrar no sumário: Bartonelose humana (Verruga peruana) eVerruga americana, Liquem pano de mucosas, Caso esdrúxulo de tuberculose verrugosa elefantisíaca Mectoma podal, Recklingause e Lepra, Lembrança do curso internacional da lepra em São Paulo (fotografia), Dermatite papilomato-nodosa, Noticiário:

Médicos de 1893 da Fac. da BA e seu jubileu, Dr. Alfredo da Mata e suas bodas de ouro na profissão e sua bibliografia e por fim as primeiras enfermeiras-socorristas amazonenses.

Inegavelmente a revista Amazonas Médico é um importante documento para a análise das ciências no Amazonas, porque concentra as produções e os debates médicos por duas décadas. As temáticas são diversificadas, mas há um predomínio das “doenças de clima quente”. (Schweickardt, 2009, p.122), além do mais permite entendermos que intelectuais da época estavam preocupados com as doenças que assolavam a região numa tentativa de tentar compreender os problemas relacionados à saúde pública.

Portanto, tanto a Revista quanto o Jornal do Commercio foram poderosos meios veiculadores das ideias higienistas/sanitaristas, além de formadores de opinião, contribuindo significativamente com a sociedade da época no que tange a saúde pública.

6 CONCLUSÃO

Indubitavelmente as ideias higienistas/sanitaristas propagadas no Brasil no que tange o período denominado Estado Novo foram recepcionadas no Amazonas, aliás, com o advento do estadonovismo a Amazônia de fato começa a fazer parte da política getulista de preenchimento dos Espaços vazios do país- “Marcha para o Oeste”. O grande destaque nesse período é atenção voltada à questão higiênica, possibilitada pela aliança dos Brasil com os EUA, nos chamados “Acordos de Washington” em 1942, em destaque ao Serviço Especial de Saúde Pública, que por um lado eram responsáveis pela seleção de imigrantes, os soldados da borracha e por outro pela saúde pública, após o fracasso da comissão responsável pelo plano de saneamento da região.

Dessa forma, a Amazônia estaria definitivamente incorporada ao capital nacional e saneada com relação aos elevados números de doenças e miséria social submetida a duas regiões: a nordestina e a Amazônica, fato que não ocorreu com o termino da segunda guerra mundial (1939-1945), continuando esses lugares atrasados e o imigrante nordestino, relegado à própria sorte.

Entretanto, vale destacar a emenda constitucional que indeniza em 25 mil os ex-seringueiros que chegaram a Amazônia na década de 40, fruto da PEC 346/13, vítimas de doenças, fomes e de condições subumanas que estavam destinados como “soldados da borracha”.

Nesse sentido, percebemos que o contexto ora em análise ratifica a tese de Vasconcelos (2000) acerca da emergência do Serviço Social a partir da influência do conteúdo higienista, que seu deu numa relação de complementariedade com o conteúdo doutrinário, haja vista os homens serem produtos de uma época, e sofrerem todas as implicações do contexto em que estão inseridos.

Portanto, a agenda higienista em voga no país mostrava-se de forma efetiva na Amazônia, e o André Vidal confirma em suas obras que estava “atenado” as discussões que se processavam no Brasil. Da mesma forma, era o ideal de construção do “homem novo e trabalhador” defendido pelo governo central e centralizador, que também era uma máxima na política higienista do Amazonas, haja vista ser imprescindível ao processo de recrutamento para trabalhar no seringal para extração da borracha. E como produtos de uma época o Estado sofreu as implicações das políticas desenvolvidas no Estado Novo no âmbito nacional, capitaneada por Álvaro Botelho Maia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ariadna Nunes; VALLINA, Marcelo Mario. A influência das ideias Higienistas na emergência da Escola de Serviço Social do Amazonas. Manaus: UFAM, 2013. 95 p. (PIB-SA/0054/2012).

ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)*. Manaus: [s.n.], 2009, 210 p., II.

ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2007, vol.14, suppl., pp. 257-277. ISSN 0104-5970. Extraído de < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000500011>. Em 1o de Abril de 2014.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.581-610.

Bravo, Maria Ines Souza. *Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamentos sócio-históricos*. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

AMAZONAS MÉDICO. Manaus, Terceira Fase, n. 17, 1941.

AMAZONAS MÉDICO. Manaus, Terceira Fase, n. 18, 1944.

ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no primeiro governo Vargas (1930-1945)*, 2007, 190p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências)-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, Andre V. de. *Serviço Social problemas sobre maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra, e todos os desajustamentos sociais*. Manaus: Imprensa Pública, 1940.

_____. *Organização²⁹ da Assistência e Serviço Social*. Manaus: Imprensa Pública, 1941.

_____. *Bases Sociais da Pedagogia Curativa*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

BASTOS, E. R.; PINTO, R.F (org.). *Voices da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus. EDUA. 2007

Batista, Djalma. *A equação da tuberculose em Manaus*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado de Cultura, 2004.

_____. *O paludismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BOARINI, Maria Lúcia; YAMAMOTO, Oswaldo H. "Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem". *Psicologia Revista*. Vol. 13, n.1, SP. Educ. 2004. p. 59-72.

²⁹ Manteve-se a ortografia da época.

CABRAL, Adriana Brito Barata. De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)Manaus: [s.n], 2010, 201p, ilustrado.

COSTA, Jurandir Freire: História da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro:documentário,1976.

FABRÍCIO, André Luiz da Conceição. A assistência psiquiátrica no contextodas politicas publicas de saúde (1930-1945).2009. 139 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências))- FIOCRUZ, Rio de Janeiro,2009.

FERREIRA, Maria Liège Freitas. O projeto sanitário do estado novo na ocupação do oeste brasileiro .Extraído de: < <http://www.ce.anpuh.org/embornal2/liege.pdf>>Em 11 de set. de 2014.

GALVÃO, Manoel Dias. A história da medicina em Manaus. Manaus:valer, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital. Fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ILVA, Tânia Maria de Almeida; FERREIRA, Luiz Otávio. A higienização das parteiras curiosas: o Serviço Especial de Saúde Pública e a assistência materno-infantil (1940-1960). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.95-112.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232000000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 fevereiro. De 2013.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sergio. Biologia-volume único. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAIA, Álvaro Botelho. Mensagem do governador a Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de Maio de 1937.Manaus: Imprensa Publica,1937.

_____. Mensagem do governador a Assembleia Legislativa na abertura da sessão ordinária em 3 de Maio de 1936.Manaus:Seccao de Obras da Imprensa Publica,1936.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A Influência das ideias Higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil.Psicologia em Estudo DPI/CCH/UEM. V. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de Sao Paulo (1934-1952). Campinas, SP: Autores Associados, Sao Paulo: Universidade Sao Francisco, 2001. (Coleção educação contemporânea).

MELLO, Guilherme Arantes; VIANA, Ana Luiza d'Ávila. Centros de Saúde: ciência e ideologia na reordenação da saúde pública no século XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out.-dez. 2011, p.1131-1149.

MENDONÇA, Carlos. Ângulos do problema Amazônico. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2002.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ. 1986.

MOURA, Renata Heller de.; BOARINI, Maria Lucia. A saúde da família sob as lentes da higiene mental. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702012000100012&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 de abril 2013.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. A vida infantil e sua intimidade pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.451-473.

POGGI, Oder. A campanha da Malária no Amazonas: impressões de um sanitarista. Manaus: Encadernação Moderna, 1942.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1927: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / EDUA, 2003.

PAULISTA, Maria Inês. O passado sempre presente: as concepções de formação na história da Faculdade Paulista de Serviço Social - 1960-2000. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho-UNINOVE- 2009.

PUGA, Lúcia. A Amazônia de André Araújo in Bastos, E. R.; Pinto, R.F (org.). Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus. EDUA, 2007.

REIS, Jose Roberto Franco. Higiene Mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP. Campinas, 1994.

SAMPAIO, Patricia: entrevista realizada em Agosto de 2009.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro; FARIA Lina. O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. Revista: Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 2, p. 291-324, 2006.

SCHERER, Elenise Faria. Assistência aos desassistidos manauaras: História da Gestão Estatal dos segmentos mais pobres da cidade de Manaus. 1989. 156p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

SCHWEICKARDT, Júlio C. Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. 2009. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=157761>. Acesso em 3 de novembro de 2012.

SILVA, Renato da. “Abandonados e Delinquentes”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941) / Renato da Silva. – Rio de Janeiro: 2003. 135f. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde)– Casa de Oswaldo Cruz –FIOCRUZ, 2003.

_____. O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out-dez. 2011,p.1111-1130.

Silva, José Lopes da. Amazonas-do extrativismo à industrialização. Manaus:editora Valer,2011. P.233-292.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro,v.18, supl. 1, dez. 2011,p.253-274.

Sousa, Amandia Braga Lima. A Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) no Amazonas: Um estudo sobre sua atuação junto aos indígenas / Amandia Braga Lima Sousa. - Manaus, AM: UFAM, 2011.87 f.: il.; 30 cm.

STEPAN, Nancy Leys. A Hora da Eugénia: raça, gênero e nação na América Latina.Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TARELOW, Gustavo Querodi. A moral, a política e algumas questões científicas presentes no Hospital do Juquery:Abordagens de Pacheco e Silva (1923–1950).Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 51, dez. 2011.

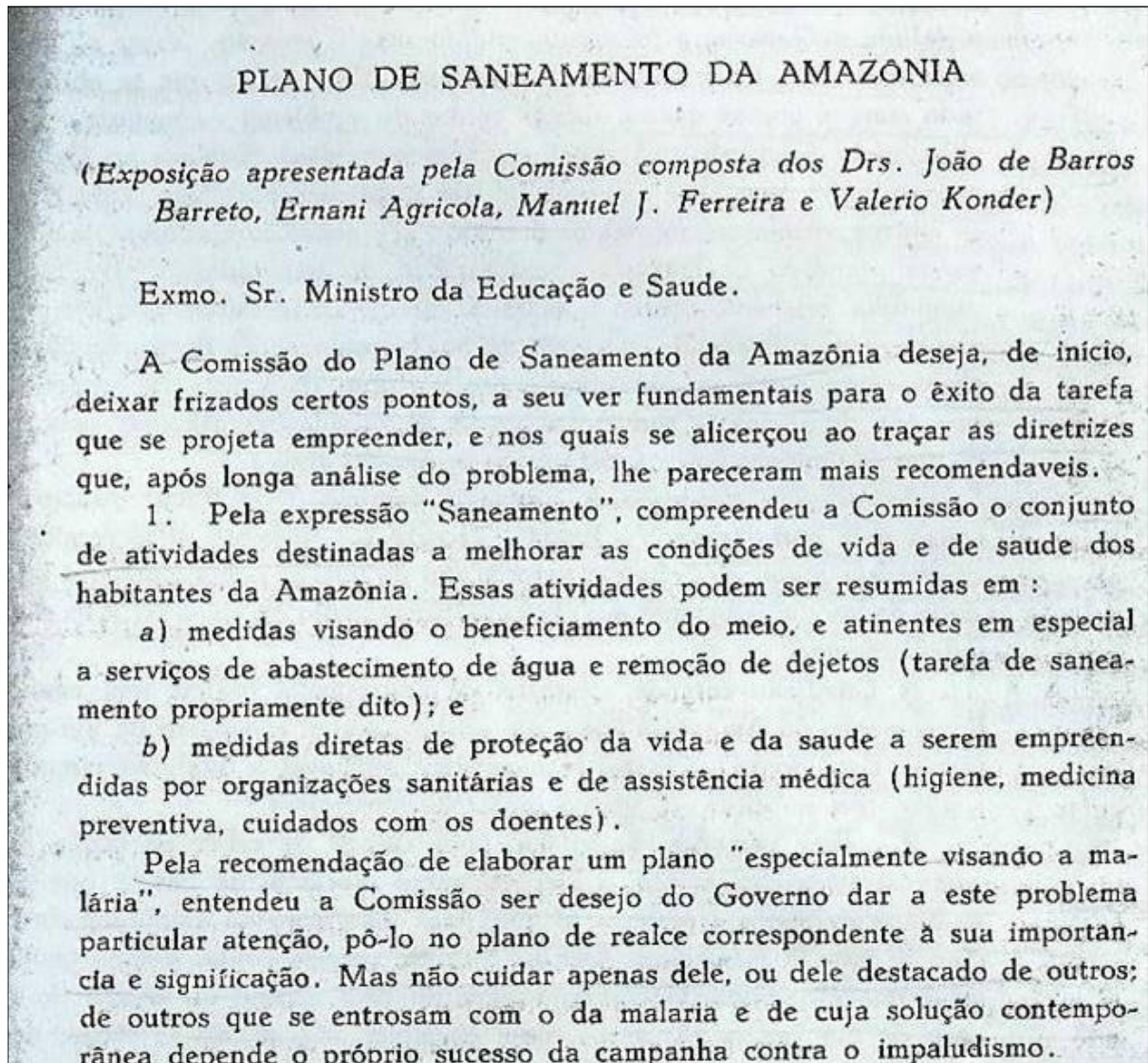
VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). Saúde Mental e Serviço Social. O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

VENANCIO, Ana Teresa A. Da colônia agrícola ao hospital colônia:configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.35-52.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão(Org.). Abordagens psicossociais: História, teoria e trabalho no campo. 2º Edição. SP. Hucitec, 2009, V.I.

WANDERBROOCK JR., Durval. A educação sob medida: os testespsicológicos e o higienismo no Brasil (1914-1945). 169 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1: [Fragmento]PLANO DE SANEAMENTO DA AMAZÔNIA³⁰

³⁰ Cf. ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.257-277, dez. 2007.

ANEXO 2: “O DISCURSO DO RIO AMAZONAS”³¹

Senhores:

Ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros. Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. É natural que uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza e povoe as imaginações moças, prolongando-se em duradouras ressonâncias pela existência afora, através dos estudos dos sábios, das impressões do viajante e dos artistas, igualmente presos aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos. As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas nos reserva a constância do esforço e a persistente coragem de realizar. Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese de todo o país. Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes. Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas de técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar de elementos vitais e apta a crescer e prosperar. Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente- tudo quanto se tem feito – seja agricultura ou indústria extrativa – constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram admiravelmente, nas “entradas e bandeiras do ouro e negro e da castanha”, que consumiam tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não

³¹ Cf. Extraído de: < www.blogmarcoasantos.com.br/2014/02/19/roy-rodgson-ottmar-hitzfeld-e-o-clima-caluniado-do-amazonas-no-historico-discurso-do-rio-amazonas-de-getulio-vargas/ > Em: 10 de Junho de 2014.

mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer pouco a pouco o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir esses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos templos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.

O vosso governo, tendo á frente o interventor Álvaro Maia, homem de lúcida inteligência e devotado amor à terra natal, há de aproveitar a oportunidade para reerguer o Estado e preparar os alicerces da sua prosperidade. O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de esforço, com a vossa admirável audácia de desbravadores, para a obra de reconstrução iniciada. Não vos faltará o apoio do Governo Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade. Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das

grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostrem, mais uma vez, como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico.

Senhores:


O acolhimento afetuoso que tenho encontrado entre vós não só me toca o coração, porque já vos sabia leais e hospitaleiros, como fortalece, ainda mais, o meu sentimento de brasilidade. Passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade, E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão de responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir. Sois brasileiros e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres nesta hora que vai definir os nossos destinos de nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da pátria.

ANEXO 3: A PROL DA INFÂNCIA



A pról da Infancia

APÊLO DO JUIZ DE
MENORES DE MANAOS,

 DR, ANDRÉ VIDAL
DE ARAUJO, AO
Presid. GETULIO VARGAS.



M A N A O S
A M A Z O N A S
B R A S I L

No momento em que o Presidente
GETULIO VARGAS visitava
o Amazonas, vendo e sentindo
as necessidades da gléba esque-
cida, o Juizo de Menores de
Manáos ofereceu-lhe o
MEMORIAL seguinte :



“Presidente Getulio Vargas.

As modernas diretrizes brasileiras vêm encarando o problema social da criança como um dógma precípua, essencial à melhoria de nossa paisagem humana. Retemperado em novos e mais amplos princípios de cultura e de ciência, o Estado Novo aplica ao Brasil, com doses de forte entusiasmo, os planos arrojados que hão de levá-lo às vantagens do progresso e da civilização.

E porque o Amazonas esteja perfeitamente enquadrado nessas afirmações do novo regimen, ritimando sua vida num sentido positivo de construção e de trabalho, justissimo é que ele véle, tambem, e com segurança, pelos patrimônios moral e material de suas novas gerações. Daí a obra imensa — carinhosamente levantada pelo Interventor Alvaro Maia, com a criação do Juizo de Menores —, obra que se vai ampliando, até mais dia, através de instituições as mais completas e humanas, tais como a Escola Premunitoria do Bom Pastor, a Escola José do Patrocinio e Secção Mello Mattos, o Aprendizado Agícola do Paredão, Conselho de Assistência e Proteção, pequenos clubes, sérias entidades — toda uma seriação de problemas enfrentados,

— 6 —

resolvidos, mesmo o da formação de uma nova e sã mentalidade, perfeitamente apegada à reabilitação da criança abandonada e delinquente.

O Amazonas confirma, assim, as diretrizes que V. Excia. traçou, e prolonga a ação tutelar dos poderes públicos no sentido de bem orientar, educar, reformar esses pequenos valores humanos, ainda obscuros porque em formação, mas já capazes de participar, eficientemente, das novas realidades do Brasil.

Poderemos ter maior eficiência nessa obra. E aqui — nesse propósito — vai a V. Excia. o nosso rogo, a solicitação de algum auxílio, considerável e eficaz, afim de podermos consolidar os trabalhos que iniciamos, moldados nos traços realistas e humanos que V. Excia. vem apondo ao grande plano nacional de amparo à Juventude.



PRESIDENTE GETULIO VARGAS

Neste instante historico, quando V. Excia. visita a Amazonia, vendo, sentindo e compreendendo as necessidades da gléba esquecida, nada mais justo que eu traga, respeitosamente, á clarividencia de V. Excia. e às diretrizes sociais do Estado Novo, este rápido MEMORIAL, traçando o que se passa entre nós com respeito ao sério e atualissimo problema de amparo à infancia e à juventude.

Instalado fazem cinco anos, nesse curto espaço o Juizo de Menores de Manaus conseguiu impôr as finalidades para que fôra instituido. Pouco a pouco, sem ninguem sentir, dominou os obstáculos que se lhe antepunham. Definiu o direito do menor. Amparou o abandonado. Readaptou o delinquente. Forjou uma nova mentalidade.

Inúmeras, valiosas são as obras que dêle brotaram:

SECÇÃO "MELLO MATTOS"

A Secção "Mello Mattos" veio resolver um problema serissimo, tal seja o afastamento dos menores delinquentes de entre os presos adultos, no propósito de evitar corrupção maior.

— 8 —

Funciona na própria casa de detenção do Estado, mas em dependencia especial, separada dos criminosos comuns e com entrada independente. Modesta, pobremente aparelhada, mesmo assim vai servindo, e belamente, às suas finalidades educacionais.

Conta atualmente trinta menores, que ali recebem uma instrução primaria de urgência, bem assim leves conhecimentos de marcenaria, e que se constituem dêsse jeito, valores reais dentro na realidade brasileira.

ESCOLA PREMUNITORIA DO BOM PASTOR

Para o combate aos desajustamentos sociais de menores, existe a Escola Premunitoria do Bom Pastor, com capacidade para cincoenta mocinhas e vivendo, atualmente, com quarenta e cinco.

Como as demais obras que o Juizo de Menores instalou e vem norteando, essa tambem se ergue, de maneira acanhada, com arranjos de puro esforço e vontade. Mas, isso, não impede o papel que a Escola vem mantendo no sentido de realizar seus bons objetivos. Nela, essas pobres criaturas enveredam por um moderno sistema de reeducação. Aprendem bordados, costuras, misteres de cosinha e agricultura racionalizada. Vivem sob conselhos, bons principios de moral e de religião.

ESCOLA JOSÉ DO PATROCÍNIO

Nessa escola recebem instrução os pequenos gazeteiros. Sua frequência é de trinta meninos, obscuros patricios, antigamente atirados à inconciência

— 9 —

e ao descaso dos poderes públicos, mas hoje sob o contróle do Juiz de Menores e, por isso mesmo, enquadrados na idéia do direito.

Ahí todos vivem satisfeitos. Fazem circular um jornalzinho manuscrito intitulado *A Vóz do Gazeteiro*, evidentemente interessante, maravilha de realização infantil.

APRENDIZADO AGRÍCOLA DO PAREDÃO

Inegavelmente, apesar de todas as deficiências, esse instituto é uma notavel obra de assistência social. Vivem ahí oitenta menores, sob um bom regimen de aprendizagem primaria, de trabalho agrícola, de ensinamentos religiosos e morais.

Otimamente localizado. Possui bôas casas, agua encanada e luz, terrenos para plantações e recreio.

Hoje, esse instituto foi entregue ao Governo Federal.

MAIS SERVIÇOS

Vários outros serviços, todos de real utilidade, foram e continuam sendo realizados. Assim, temos fiscalisação e contróle de menores em trabalhos, cinemas, lugares públicos, etc. Realizamos, vez em vez, festas escolares como o «Dia da Merenda», «Natal da Criança Pobre» e a «Semana da Criança». Uma escola de assistência social, montada em modernas bases pedagógicas, está em vias de ser instalada. De igual fórma um parque infantil para menores pobres.

— 10 —

O serviço de estatística é vasto e eficiente. Por êle temos conhecimento das pensões alimenticias a exigir providencias, das indenizações que se fazem necessarias em consequência de accidentes no trabalho, etc. Tudo passa por uma solução imediata.

UMA ESTATÍSTICA

Como exemplo, damos aqui o movimento de menores que passaram pelo Juizo de Menores, no período exato de cinco anos, de 1 de Outubro de 1935 a 1 de Outubro de 1940, e que foram assim classificados:

Do sexo masculino.. .. .	4.174
Do sexo feminino	<u>3.058</u>
	6.955
Quanto á naturalidade:	
Amazonenses	6.380
Acreanos	269
Paraenses	273
Maranhenses	25
Piauíenses	8
Cearenses	133
Riograndenses do Norte	6
Paraibanos	23
Pernambucanos	13
Sergipanos	1
Alagoanos	4
Baianos	6
Espiritosantenses	<u>1</u>
	7.142

— 11 —

Transporte.. .. .	7.142
Cariocas.	10
Mineiros.	1
Paulistas.	2
Matogrossenses.	31
Peruanos	11
Bolivianos	3
Colombianos	3
Portuguêses.	26
Belgas	2
Venezuelanos	1
	<u>7.232</u>

Quanto às causas que os levaram a Juízo, foram assim classificados :

Abandono por morte dos pais ..	524
Abandono por parte dos pais ..	625
Sevícias (maus tratos)	381
Vadiagem	866
Furto..	158
Defloramentos	279
Reclamação de parentes.. .. .	555
Retirados de casas de prosti- tutas	153
Para internamento na Escola de Aprendizes Artifices	172
Temperamento rebelde.. .. .	208
Cartão licença de frequência em aula noturna	130
Cartão licença para trabalhar ..	<u>1.985</u>
	<u>6.036</u>

— 12. —

Transporte	6.036
Fuga	239
Carregando pesos excessivos ..	84
Por prenhez	6
Por mendicância	35
Por viver em botequins.. ..	10
Por pobreza dos pais.	164
Por conduzir figuras porno- gráficas.	4
Por ferimentos graves	4
Por ferimentos leves.. .. .	9
Por viver em batiques	3
Por ofensas a moral.. .. .	8
Para internamento no hospício..	8
Para internamento no Paredão ..	86
Para concurso de robustez	109
Repatriamento.	7
Atentado ao pudor	14
Cadernetas ident. e frequência a cinemas	85
Licença permanencia em pas- torinhas	162
Desejando intern. em collegios ..	69
Homicidio casual.. .. .	1
Tentativa de pederastia	13
Vindo em Juizo espontaneamente	36
Lic. freq. em blocos carnavalescos	32
Internamento na Escola Premu- nitoria	8
	<u>7.232</u>

Quanto à cor:

Branços	1.010
Mestiços	5.860
Pretos.	362
	<u>7.232</u>

Quanto à alfabetisação:

Lendo bem	2.541
Lendo mal	1.482
Analfabetos	3.203
	<u>7.232</u>

Pela idade, sua classificação:

De menos de 1 ano.. .. .	197
De 1 ano.	129
De 2 anos	124
De 3 anos	117
De 4 anos	125
De 5 anos	144
De 6 anos	160
De 7 anos	187
De 8 anos	223
De 9 anos	240
De 10 anos	413
De 11 anos	408
De 12 anos	591
De 13 anos	595
De 14 anos	1.120
De 15 anos	807
De 16 anos	651
De 17 anos	434
De 18 anos	314
De 19 anos	164
De 20 anos	85
	<u>7.232</u>

MAIORES RUMOS

Tudo isso não é mais que um princípio, uma demonstração de quanto póde realizar o Juizo de Menores, mais amplos sejam os meios postos à sua disposição.

Esses mais largos meios, afim de traçar rumos mais profundos, o Juizo não póde conseguir do Estado. Mas póde de V. Excia. « Não vos faltará o apoio do Governo Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade » — já nos disse V. Excia. em memoravel discurso. E que mais poderá beneficiar uma coletividade, uma Pátria a levantar-se, do que a eugenia de seu elemento humano?

Dispendendo cifras reduzidas, até hoje o Juizo ha realizado um trabalho por todos os títulos eficiente. Agora, para abrir esses maiores rumos, os que V. Excia. vai vêr abaixo, SERIA SUFICIENTE UMA QUANTIA DE 200:000\$000 (DUZENTOS CONTOS DE RÉIS). Empregue-a V. Excia., e a coletividade amazonida receberá um grande beneficio.

REALISAÇÕES FUTURAS

Para levar mais a fundo esses trabalhos de proteção e amparo aos menores do Amazonas, temos como planos:

a) — transformar a Secção « Mello Mattos » em Instituto « Mello Mattos », desenvolvendo suas instalações e tornando-a um mais amplo laboratorio de pedagogia correctiva, com duas secções distintas,

— 15 —

anexadas ao estabelecimento principal), sendo uma delas para menores epiléticos (o índice desses casos, entre nós, é alarmante), a outra para menores surdo-mudos;

b) — transformar a Escola « José do Patrocínio », de menores gazeteiros, em « Casa do Pequeno Trabalhador », onde terão assistência tresentos menores operarios, vendedores ambulantes e localizados;

c) — desenvolver a Escola Premunitoria do Bom Pastor, elevando sua capacidade para cem mocinhas ameaçadas de prostituição.

São os planos que temos, a bem do Amazonas e do Brasil. Entrego-os a V. Excia.

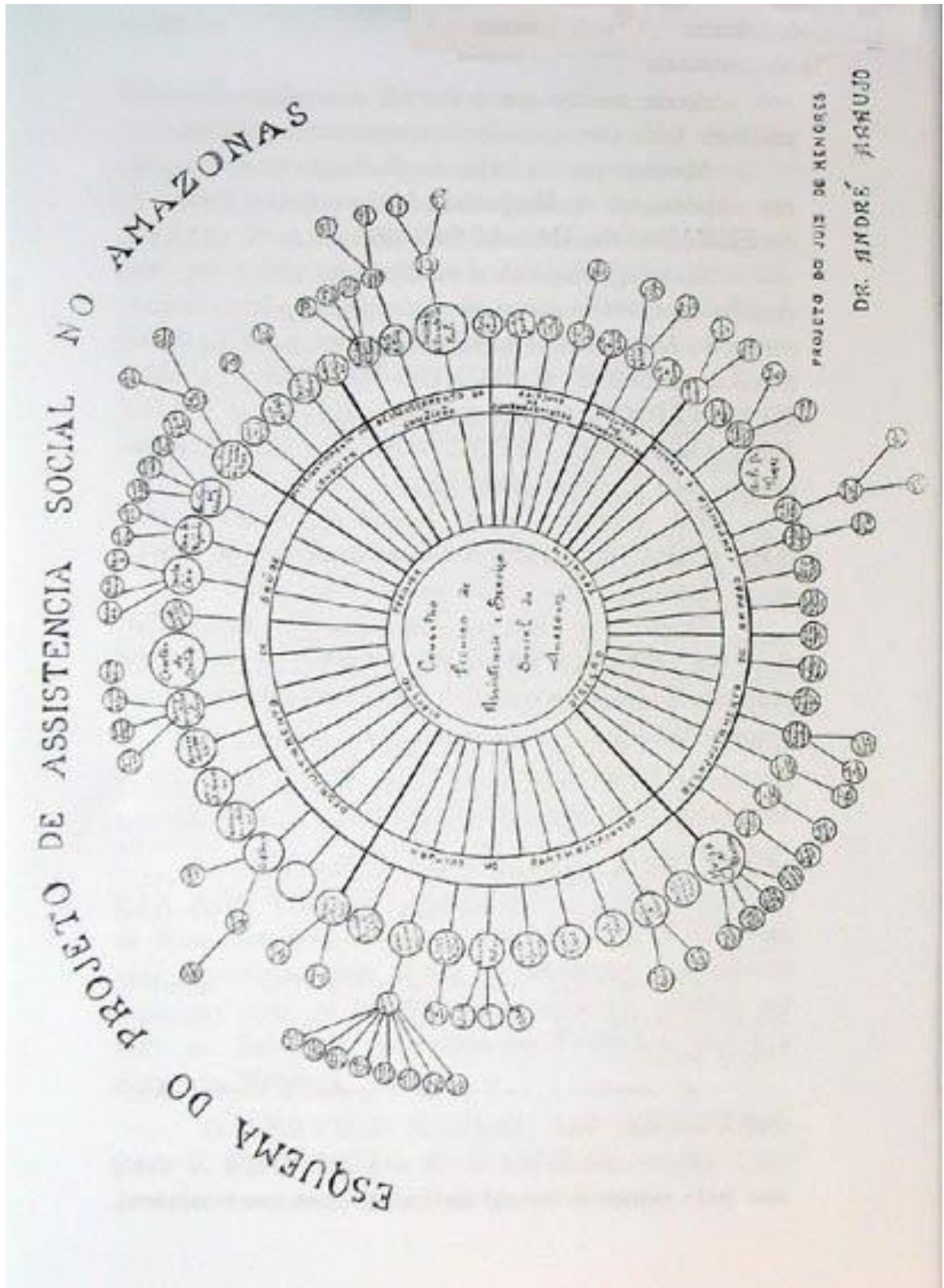
É um apêlo do pequeno brasileiro. Entrego-o, também, aos claros principios de V. Excia. e à alma imensa da nacionalidade brasileira,

Respeitosamente,

ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO,

Juiz Privativo de Menores ».

ANEXO 4:LEI DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS



**PROJETO DA ORGANIZAÇÃO DOS
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DO AMAZONAS.**

F. F., Interventor Federal, etc.

DECRETA:

TITULO I

DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1.º — Fica creado pelo presente decreto-lei, o **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** do Estado do Amazonas.

Art. 2.º — Compete a êsse serviço:

- a) orientar todo o serviço de assistência social na capital e no interior do Estado do Amazonas;
- b) entender-se por intermédio do Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social do Estado do Amazonas, com as instituições privadas de assistência;
- c) controlar, naquilo que não fira a administração interna das instituições, os assuntos de assistência social;
- d) receber e aplicar as doações e verbas destinadas ao serviço;
- e) distribuir os auxílios e subvenções fornecidos pelo poder estadual às instituições particulares;

f) orientar e desenvolver a investigação e o tratamento das causas e efeitos dos problemas individuais e sociais que necessitem de assistência.

Art. 3.º — O serviço de Assistência Social será dirigido pelo Juiz de Menores como Diretor Técnico, sob o controle do Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social do Amazonas.

Art. 4.º — Esse Conselho será formado por membros natos que serão todos os chefes e diretores de serviços públicos ou particulares que tenham, direta ou indiretamente, relação com assistência social, proteção, amparo, defesa do homem e da sociedade.

Art. 5.º — O Conselho será presidido por uma diretoria eleita, por escrutínio secreto, por dois anos e compor-se-á de um presidente e dois secretários.

Art. 6.º — Compete ao Conselho:

a) fiscalisar e controlar os atos da DIREÇÃO TÉCNICA;

b) sugerir ao Govêrno as medidas necessárias para proteção, amparo e defesa do homem desajustado e da sociedade;

c) auxiliar o Diretor Técnico nas suas múltiplas obrigações;

d) atender as convocações do Diretor Técnico, para as resoluções a tomar sôbre os casos individuais, sociais que surgirem;

e) deliberar com a Direção Técnica em tudo que haja dúvida e nos casos omissos por esta lei.

Art. 7.º — No caso de não poder o chefe ou diretor de um serviço ou associação ou instituição comparecer, permanentemente, às sessões do Conselho, —

poderá a instituição enviar qualquer de seus membros como seu representante, junto ao Conselho.

Art. 8.º — As eleições do Conselho dar-se-ão sempre a dois de janeiro de cada dois anos.

Art. 9.º — O Conselho será órgão consultivo e auxiliar da administração e deverá reunir-se uma vez por mês, ordinariamente, para dar parecer nas dúvidas que ocorrerem e deliberar sobre todos os assuntos que surgirem, estudando os problemas sociais, tomar conhecimento do relatório, aprovar balancetes, promover organizações sociais e propagandas dos serviços.

Art. 10 — De tudo sempre se lavrará uma ata, em livro especial, e sempre pelo segundo secretário.

Art. 11 — O Diretor Técnico do Serviço terá a seu cargo a administração geral dos serviços, a correspondência, a representação e demais atos necessários à realização das finalidades do Serviço, como sejam recebimentos, pagamentos, compras e outros atos.

Art. 12 — O Serviço terá sua sede nesta capital e será instalado onde determinar o Secretário Geral do Estado.

Art. 13 — Haverá na sede do Serviço de Assistência Social, além de outros livros, um especial para registro de todas as instituições particulares de assistência que estiverem ou não no plano geral dessa lei.

§ 1.º — Só as associações de assistência devidamente registradas poderão receber subvenções dos poderes públicos estaduais e municipais.

§ 2.º — Para matrícula a instituição fará um requerimento à diretoria técnica do Serviço de Assistência Social, juntamente com uma cópia dos estudos, um pequeno histórico das instituições, com movimentos estatísticos e pagará no ato do registro a importância de 20\$000, que será revertida em fundos de reserva do Serviço de Assistência o qual será aplicado em despesas necessárias com o Serviço.

Art. 14 — O Serviço de Assistência Social do Estado compreende:

a) Serviço Social de Assistência aos desajustados da saúde, que alcança todas as obras de saúde;

b) Serviço Social de Assistência aos desajustados da cultura, que alcança todas as escolas e institutos de educação do Estado;

c) Serviço Social de Assistência aos desajustados do amparo, que alcança todas as instituições que amparam a infância e velhice desamparadas;

d) Serviço Social de Assistência aos desajustados dos sentidos, que alcança todas as instituições que protejam os cegos e surdo-mudos;

e) Serviço Social de Assistência aos desajustados do espírito, que alcança todas as instituições que amparam os alienados e retardados;

f) Serviço Social de Assistência aos desajustados da condição, que alcança todas as instituições que amparam as vítimas do pauperismo e da miséria;

g) Serviço Social de Assistência aos desajustados da conduta, que alcança todas as instituições que protegem ou corrigem os criminosos, delinquentes e contraventores sociais.

Art. 15 — Os serviços que por acaso não estiverem subordinados a qualquer das organizações típicas acima referidas, ficarão subordinados diretamente ao Diretor-Técnico.

Art. 16 — Qualquer dos sete serviços a que se refere o artigo 14 desta lei, poderá ter um chefe se o Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social o entender.

TITULO II

DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AOS MENORES

Art. 17 — Cabe êsse serviço, nos termos do Código de Menores e leis subsequentes, ao Juiz Tutelar de Menores, cuja função privativa e atribuições estão previstas na Lei Estadual n.º 143, de 30 de Setembro de 1938.

Art. 18 — Os demais serviços, como sejam: Serviço Social de Assistência aos desajustados da saúde, Serviço Social de Assistência aos desajustados do amparo, Serviço Social de Assistência aos desajustados do sentido, Serviço Social de Assistência aos desajustados do espírito, Serviço Social de Assistência aos desajustados da condição e Serviço Social de Assistência aos desajustados da conduta, — terão cada qual um orientador técnico designado pelo Governo, dentre os funcionários estaduais que tiverem estudos da matéria relacionada com o determinado Serviço Social.

TITULO III

DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO
AOS DESVALIDOS

Art. 19 — Todos os desprovidos de recursos, poderão ser recolhidos a estabelecimentos públicos ou particulares, destinados ao amparo aos desajustados da condição.

Art. 20 — Esse serviço compreende não só o alojamento, a manutenção, o vestuário, mas também o necessário para a tranquilidade do desvalido, quer no sentido espiritual, quer no sentido moral.

§ Unico. Si o desvalido vier a adquirir recursos, cessa a proteção.

Art. 21 — Para essa proteção dos inválidos o Estado fará ampliar, urgentemente, os alojamentos e as verbas do Asilo Dr. Tomas.

Art. 22 — Si a invalidez resultar de serviços públicos, civil ou militar, o inválido terá prerrogativas nos asilos.

Art. 23 — Recolhido o inválido, este será submetido a exames para que seja classificada sua invalidez, se é a mesma absoluta ou relativa.

Art. 24 — Os que tiverem invalidez relativa serão aproveitados nos serviços do estabelecimento, especialmente nos de agricultura, horticultura, fruticultura.

DOS MENDIGOS

Art. 25 — Os que se entregarem à mendicância, serão recolhidos aos asilos especiais que o Governo creará, oportunamente.

Art. 26 — Depois de examinados serão os mendigos distribuídos pelos diversos serviços dos asilos.

Art. 27 — O exame será feito pelos médicos legistas da polícia.

Art. 28 — Os asilos de mendigo terão duas secções, completamente separadas: uma para homens e outra para mulheres.

TITULO IV

DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES

Art. 29 — O serviço de proteção aos trabalhadores, na parte que se relaciona com as obrigações estaduais, será feito através do Juízo de Acidentes do Trabalho e da Curadoria de Acidentes.

TITULO V

Art. 30 — A proteção aos egressos dos reformatórios, institutos de reeducação e escolas emendativas, etc., será feita pela Justiça Tutelar de Menores.

Art. 31 — O serviço de assistência e proteção aos egressos dos estabelecimentos correcionais e

— 34 —

penais, será feito pelo Juízo da Vara Criminal em harmonia com o Conselho Penitenciário Estadual.

Art. 32 — O Juiz Criminal e o Conselho Penitenciário formarão uma entidade própria para a solução de tais casos de assistências sociais.

Art. 33 — Além das duas entidades acima referidas, farão parte desse serviço o Dr. Chefe de Polícia e o Diretor da Casa de Detenção.

Art. 34 — A assistência a que se refere o art. 31, estende-se também às famílias dos detentos ou pessoas de quem fôrem arrimo, especialmente aos filhos menores, legítimos ou ilegítimos.

Art. 35 — Si o sentenciado tiver filhos menores abandonados, o juiz da vara criminal providenciará, por intermédio de quem de direito, sôbre a internamento dos mesmos.

Art. 36 — O Chefe de Polícia, o Juiz Criminal, o Presidente do Conselho Penitenciário e o Diretor da Casa de Detenção, constituirão o Conselho de Proteção aos Egressos.

Art. 37 — O Conselho deliberará por maioria de votos, sendo seu presidente o membro que fôr eleito.

Art. 38 — O Governo facilitará tudo o que fôr necessário para uma bôa organização desse serviço.

TITULO VI

DO SERVIÇO DE AMPARO SOCIAL A' FAMÍLIA

Art. 39 — Cabe a êsse serviço:

a) proceder à pesquisas sociais a respeito das necessidades de amparo às famílias;

b) estimular, orientar e coordenar as atividades públicas ou particulares, que visem o amparo social à família;

c) socorrer as famílias numerosas, o que se fará através de uma política demográfica preventiva que anime e proteja a natalidade;

d) fazer uma profilaxia social da prostituição;

e) prever a revalorização moral e social, bem como cristã, da mulher vítima de crimes ou abusos sexuais.

Art. 40 — Esse serviço ficará também a cargo da Justiça de Menores, que o regulamentará, bem como os demais serviços que a presente lei lhe atribuir competência.

TITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 — Ficam extensivos aos municípios amazonenses todos os dispositivos desta lei.

Art. 42 — Os juizes de direito e municipais, os prefeitos, os promotores de justiça e seus adjuntos, os delegados de polícia, diretores de grupos escolares e, em seus lugares, os professores mais antigos, médicos, coletores estaduais, formarão as comissões técnicas do Serviço de Assistência Social.

Art. 43 — Essas comissões agirão em acôrdo com o Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social do Amazonas, com séde em Manaus, e, por seu inter-

— 36 —

médio, farão o serviço de assistência e amparo aos desajustados de que cogita a presente lei.

Art. 44 — Os prefeitos municipais abrirão, no interior do Estado, verbas orçamentárias para auxílio a êsses serviços.

Art. 45 — O Govêrno do Estado fornecerá elementos de ajuda para que se incremente nos municípios a obra de assistência social.

Art. 46 — Cada Município deverá ter sua obra assistencial promovida por sua comissão, com a colaboração do povo, comércio, indústrias e classes laboriosas.

Art. 47 — As comissões elegerão, entre si, seu presidente, secretário e tesoureiro e poderão crear tantas sub-comissões quantas forem necessárias.

Art. 48 — Cada comissão poderá ter seu regulamento próprio, desde que seja o mesmo aprovado pelo Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social do Amazonas, com séde na Capital.

